

e-ISSN 2675-2816

CABURÉ

Saberes Acadêmicos
Interdisciplinares

V. 3, N. 1 (2024)

DOSSIÊ

EM “LINGUISTICA APLICADA”, REFLEXÕES
SOBRE “GÊNERO NEUTRO” COMO
POLÊMICA - NA FORMAÇÃO EM LETRAS-
LÍNGUA PORTUGUESA (E OUTROS ASPECTOS
SOBRE LINGUAGEM E GÊNERO)

Ismar Inácio dos Santos Filho
(Organizador)

e-ISSN 2675-2816



DOSSIÊ

**EM “LINGUISTICA APLICADA”, REFLEXÕES
SOBRE “GENERO NEUTRO” COMO POLÊMICA
- NA FORMAÇÃO EM LETRAS-LÍNGUA
PORTUGUESA (E OUTROS ASPECTOS SOBRE
LINGUAGEM E GÊNERO)**

Ismar Inácio dos Santos Filho
(Organizador)

ISMAR INÁCIO DOS SANTOS FILHO
EDITOR-GERENTE
PEDRO ABELARDO DE SANTANA
EDITOR ADJUNTO

Proposta Editorial

A revista “Caburé - Saberes Acadêmicos Interdisciplinares” tem publicação semestral intercalada por um volume especial. O periódico foi criado em 2017-2018 pela Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, juntamente com grupos e núcleos de pesquisa. O objetivo da “Caburé” é o de divulgar estudos acadêmico-científicos concluídos ou em andamento na/para a iniciação científica. Podem ser ou não pertencentes a grupos de pesquisa, pois entendemos que a iniciação científica pode acontecer nos espaços da sala de aula, dentro de atividades promovidas no ensino, na graduação. Desse modo, esse periódico recebe produções de alunas e alunos de graduação. Tem caráter interdisciplinar, ou mesmo indisciplinar, visto a necessidade de diálogos entre as diversas áreas de saber na produção do conhecimento.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4 2209

Caburé - saberes acadêmicos interdisciplinares [recurso eletrônico] /
Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, Coordenação
Coordenação de Pesquisa. – v. 3, n. 1 (jul./dez., 2024) -. - Delmiro
Gouveia: Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, 2025.
v. 3 : il., color.

Semestral

Dossiê: em “linguística aplicada”, reflexões sobre “gênero neutro”,
como polêmica na formação em Letras – Língua Portuguesa (e outros
aspectos sobre linguagem e gênero)

Modo de acesso: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cabure/index>

e-ISSN 2675-2816

1. Pesquisa acadêmica - Periódico científico. 2. Linguística aplicada. 3. Gênero neutro. I. Universidade Federal de Alagoas - UFAL. II. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação.

CDD: 001

CDU: 001.891

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL

Reitor: Josealdo Tonholo

Vice-Reitora: Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS DO SERTÃO

Diretor Geral: Thiago Trindade Matias

Diretora Acadêmica: Flávia Jorge de Lima

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenadora: Ana Paula Solina Bastos

EDITOR-GERENTE

Ismar Inácio dos Santos Filho

EDITOR ADJUNTO

Pedro Abelardo de Santana

COMISSÃO CIENTÍFICA

Flávia Jorge de Lima – UFAL – Campus do Sertão

Fábia Pereira da Silva – UFAL-Campus do Sertão

José Ivamilson Silva Barbalho – UFAL – Campus do Sertão

Agnaldo José dos Santos – UFAL – Campus do Sertão

PARECERISTAS *AD HOC* DESTA EDIÇÃO

Samuel Barbosa Silva – IFCE-Campus Tauá

Humberto Soares da Silva Lima – IFAL-Campus Piranhas

Hugo Pedro da Silva – UFRN; UFAL-Campus do Sertão

Maria Letícia de Lima Martins – PPGLL-UFAL

Gilvan Mendonça dos Santos – PPGLL-UFAL

BIBLIOTECÁRIA

Renata Oliveira de Souza

PROJETO GRÁFICO

Ismar Inácio dos Santos Filho

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

[Pintura em tela]

Jerfferson Batista da Rocha

CABURÉ

V. 3, N. 1 (2024)

Editorial

LINGUAGEM, GÊNERO E SEXUALIDADE: A TRANSVERSALIDADE (A INDISCIPLINARIDADE) NA FORMAÇÃO DOCENTE COMO GARANTIA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

LANGUAGE, GENDER AND SEXUALITY: TRANSVERSALITY (AND
INDISCIPLINARITY) IN TEACHER TRAINING AS A GUARANTEE
OF EDUCATION IN HUMAN RIGHTS

Ismar Inácio dos Santos Filho

Professor associado no curso de Letras-Língua Portuguesa (UFAL-Campus do Sertão), docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL-FALE-UFAL) e coordenador-líder do Grupo de Estudos em Linguística Aplicada/Queer em Questões do Sertão Alagoano (Gelasal).

Após um hiato em suas publicações, a revista “Caburé – Saberes acadêmicos interdisciplinares”, vinculada à Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação (CoPeP-UFAL-Campus do Sertão), publica seu volume 3, número 1, de 2024 (em publicação em 2025), dossiê intitulado “Em ‘Linguística Aplicada’, reflexões sobre ‘gênero neutro’ como polêmica – na formação em Letras-Língua Portuguesa (e outros aspectos sobre linguagem e gênero)”, composto por uma opinião e seis artigos escritos por estudantes em formação em Letras-Língua Portuguesa, especificamente a partir de estudos teórico-conceituais e atividades desenvolvidas em duas ofertas do componente curricular “Linguística Aplicada”, que é ministrado no 6º período do curso. Neste dossiê, há textos oriundos das reflexões realizadas em Linguística Aplicada em 2020 e 2022 (no período pandêmico, em aulas remotas), datas marcadas ao final de cada uma dessas produções acadêmicas. Possivelmente, essas e esses estudantes que assinam os textos já tenham concluído o curso.

Ao considerarmos o título desta edição de “Caburé”, já sabemos que se trata de publicações que discutem sobre a amálgama *linguagem, gênero e sexualidade*, com foco na polêmica dos usos linguísticos denominados de “gênero neutro”, ou de “linguagem neutra”, com exceção do último artigo, que problematiza o ensino de Língua Portuguesa em livro didático e traz a proposição de uma intervenção nesse material escolar, incluindo a abordagem do tema “sotaque gay”, ou “voz de gay”, junto ao conteúdo “fonema e letra”. Mas, o que justificaria essa tematização na formação docente inicial em um curso de licenciatura em Letras-Língua Portuguesa?

Podemos argumentar que compreendemos a escola, aqui sendo entendida como uma instituição sistematizada de educação (o que passaria a incluir as instituições de ensino superior) como um local em que a formação deve garantir uma transição do mundo privado para o mundo público, conforme bem discute e argumenta Sílvia Gallo, em Gallo e Mendonça (2020), no lançamento do livro “A escola: uma questão pública” (Parábola, 2020), para abrir possibilidades de vivências e convivências em um mundo plural, múltiplo, no qual caberiam todas as diferenças possíveis e imagináveis. Digo, no qual cabem todas as diferenças impossíveis e inimagináveis, ao assumir uma postura de insurgência. Seffner (2019) está alinhado à posição desse filósofo, ao argumentar que sim, que gênero e sexualidade são conteúdos escolares, como possibilidades de fazer alargar a compreensão sobre o mundo. Mas, alerta que são temas escolares não só como uma temática relacionada à questão da saúde e da doença, que se efetivaria apenas nas aulas de Biologia.

Para Seffner (2019), questões que envolvem gênero e sexualidade são sim temas escolares, que devem estar nas diversas disciplinas, para que sejam aprendidos em sua condição conceitual e factual, mas também para o processo de sociabilidade para o espaço público, o que, a nosso ver, estaria para os aspectos de conteúdos atitudinais, em relação aos conceitos, aos fatos e aos procedimentos. Para esse pesquisador, esses temas devem ser objeto de estudos na Educação Física, na qual poderiam ser discutidas as performances de gênero nos esportes, por exemplo, e na História, para que sejam problematizados os traços históricos das relações entre gênero e também para que ocorra uma problematização acerca de instituições e suas relações no controle dos gêneros, dos corpos, tais como a igreja e o casamento. Na Geografia, na Geografia Humana, podem ser realizados

estudos a respeito de características de ponto de vista de gênero e sexualidade, tais como salários, escolaridade etc.

No meu caso, como docente em um curso de licenciatura em Letras-Língua Portuguesa, e em diálogos com esses posicionamentos anteriormente mencionados, e com outros relacionados a uma noção de língua não cartesiano-positivista, a exemplo do que encontramos nas pesquisas do linguista aplicado Luiz Paulo da Moita Lopes, corroboro a ideia de que gênero e sexualidade são temas nos estudos em linguagem, compreensão que nos faz tratar da interface linguagem, gênero e sexualidade, em sua transversalidade e *indisciplinaridade*. Logo, é tema na formação docente, porque *é/deve* ser tema também no componente curricular Língua Portuguesa, para fazer problematizar a relação língua(gem) e vida social. Nesse sentido, o que parece ser uma simples abordagem sobre “contos”, em livros didáticos de Língua Portuguesa, como ocorre na coleção de didáticos “Português: Linguagens”, de William Cereja e Carolina Dias Viana, 2022, pela Editora Saraiva, mobiliza junto ao conteúdo sobre narrativas ficcionais a tematização de relações de gênero (e sexualidade), ao produzir sentidos sobre homens e mulheres em relações cisheteronormativas, sobre família e sobre o papel ainda submisso das mulheres, conforme analisa Gilvan Mendonça dos Santos (sob minha orientação), em sua pesquisa de Mestrado, no PPGLL-FALE-UFAL, em fase de conclusão.

Estamos diante ou não da amálgama “linguagem, gênero e sexualidade” nas aulas de Língua Portuguesa, na educação básica? “Sim” é a resposta. Desse modo, uma formação docente na graduação que forneça os elementos necessários a uma compreensão e posturas críticas é urgente. Nessa perspectiva, as ideias sobre língua, linguagem, discursos, letramentos e vida social nas reflexões da Linguística Aplicada Indisciplinar podem ser (e são) uma chave muito importante para enfrentarmos o cenário atual em que se construiu um pânico moral-sexual para os temas relacionados a gênero e a sexualidade, no projeto “Escola sem partido” (por exemplo), sob as alegações infundadas de uma “ideologia de gênero”. Nos dias atuais, sob formas de projetos de lei, como o Projeto 3.325/2020, da Alerj, discutido no capítulo 1, com Eric Araújo Teixeira. Sendo assim, tal como Moita Lopes (2002) já discutia na década de 1990, é urgente que docentes em serviço (e em formação) tenham a compreensão de que gênero e sexualidade estão no cotidiano escolar, atrelados a práticas discursivas, no sentido de que nós somos os textos em que circulamos, ou porque nossos corpos carregam discursos como parte do seu próprio sangue, na argumentação de Butler (2002).

Por considerar esses fundamentos epistemológicos, que me soam como fundamentos também pedagógicos, quando dialogamos com D’Ávila e Ferreira (2019), que dizem que esses estão para aqueles relacionados à dimensão epistemológica e filosófica dos saberes didáticos e suas práticas, na oferta da disciplina “Linguística Aplicada”, em 2021, tivemos como um dos objetivos “Conhecer, discutir e problematizar a polêmica acerca dos usos linguísticos ‘inclusivos’ a partir da problematização da noção de língua na Linguística Aplicada”, como uma necessidade daqueles dias, de enfrentamento à polêmica instaurada e de enfrentamento aos discursos de ódio disfarçados de saberes linguísticos sérios. Continuamos ainda nesse cenário. Por isso, aquelas aulas seguiram uma postura de uma “didática sensível”. Cinco textos neste dossiê são fruto dessas aulas. Outros dois foram produzidos na mesma disciplina, na oferta de 2022, que também transversalmente tratou de linguagem, gênero e sexualidade. Na verdade, compreendo que esse é um conteúdo transversal, tal como proposto

nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na década de 1990. Assim, discussões sobre linguagem, gênero e sexualidade aparecem nas minhas aulas de “Morfologia do Português”, de “Didática de Língua Portuguesa”, de “Atividade de Curricularização da Extensão 4” (que tem essa interface como objeto específico, para pensar a formação e as práticas docentes de Língua Portuguesa) e em “Linguística Queer”, por exemplo.

Com essa postura e compreensão, a publicação deste dossiê se faz importante hoje, em 2025, principalmente como resultado de estudos em turmas de formação docente. Entretanto, é preciso também argumentar que, seja pelos PCNs, que trouxeram gênero e sexualidade como temas transversais, na década de 1990, ou seja pela Resolução n. 1, de maio de 2012, que trouxe as “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (que reconhecemos ainda como válidas), as aulas naquelas ofertas em 2021 e 2022 estavam também embasadas em aparelhos legais brasileiros, no sentido de que se espera uma formação que esteja pautada em, e que possa garantir na educação básica, um ensino escolar que reconheça e cuide dos direitos fundamentais, como diretos à vida, à dignidade da pessoa humana, em uma *Educação em Direitos Humanos*, em um currículo transversal, e indisciplinar. Explicitamente essa orientação também está nas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica”, na Resolução CNE/CP, n. 4, de maio de 2024, quando afirma, no artigo 14, parágrafo 2º, que

Os cursos de formação inicial deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas pública e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, **direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, Libras e Educação Especial. (Brasil, 2024).

Desse modo, os estudos realizados, que aparecem aqui em forma de artigos, produzidos por docentes em formação inicial, têm caráter conceitual e legal, que, conforme argumenta Seffner (2020), assumem ares de “categorias de ação política”, com preocupações com a vida e o bem-estar social. Nos textos, há uma reflexão sobre a guerra discursivo-cultural em torno da linguagem neutra, uma polêmica, que, tal como discute Maria Edja Dias de Souza, no “Opinião”, torna-se um objeto de estudos em Linguística Aplicada. Para problematizar essa polêmica, há discussões sobre noções de língua, sobre processos de teorização linguística, sobre indisciplinaridade e sobre a Língua Portuguesa. Eric Araújo Teixeira coloca em pauta um projeto de lei, da Alerj, de 2020, que objetivou proibir os usos da linguagem neutra em escolas do Rio de Janeiro. Rafael Gonçalves dá foco à defesa da gramática normativa que se faz no posicionamento contrário aos usos do gênero neutro. Ernando Nunes Cabral Filho apresenta-nos a possibilidade de diálogos com a “Antropologia da Linguagem”, com Èmile Benveniste, como formas outras de refletir sobre a linguagem neutra. Maria Elizabete do Nascimento Barboza fala de uma noção insurgente de língua e mobiliza discursos midiáticos,

como em um *meme*, para problematizar as posições contrários aos usos do gênero neutro. Maria Alice Ribeiro Sousa e Elivelton Soares Maciel desmontam, morfológicamente falando, o posicionamento, em uma rede social, de uma professora de Língua Portuguesa contrária aos usos do “gênero neutro”. Por fim, Maria Alice Ribeiro Sousa, Josiane Alves dos Santos, Raísa Roberta dos Santos, Elivelton Soares Maciel, José Diógenes Alves Pereira e Kevin Dayson de Oliveira Silva apresentam uma proposta de intervenção em um livro didático de Língua Portuguesa, no conteúdo “fonema e letra”, na qual inserem uma problematização sobre “sotaque gay”.

Façamos todes uma boa leitura!

Referências

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria... [Entrevista por Baukje Prins e Irene Costera Meijer]. **Estudos feministas**, ano 10, 1º semestre, p. 155-167, 2002.

D’Ávila, Cristina; FERREIRA, Lúcia Gracia. Saberes estruturantes da prática pedagógica docente – um repertório para a sala de aula. In. MARIN, Alda Junqueira... [et. al.]. **Didática: saberes estruturantes e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 33-49.

GALLO, Sílvio; MENDONÇA, Samuel. A escola; uma questão pública. Parábola Editorial. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1iXjRXQfjzA&t=13s>. Acesso em: 16 fevereiro 2025.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade – o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, vol. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020.

SEFFNER, Fernando. Por que ensinar sobre gênero nas escolas? Território Escolar. 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9CjCczKXk0>. Acesso em: 16 fevereiro 2025.

Delmiro Gouveia (AL), 17 de fevereiro de 2025.

ISMAR INÁCIO DOS SANTOS FILHO

EDITOR-GERENTE
Organizador do Dossiê

e-ISSN 2675-2816

CABURÉ

Saberes Acadêmicos
Interdisciplinares

V. 3, N. 1 (2024)

Opinião

POLÊMICA: UM OBJETO DE ESTUDO PARA A LINGUÍSTICA APLICADA

Maria Edja Dias de Souza

Graduanda do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão,
Delmiro Gouveia- AL.

No universo acadêmico, a polêmica é algo necessário para o surgimento de novas discussões. É a prática de (provocar) disputas em torno de uma questão necessária para vários campos do conhecimento. Logo, em Linguística Aplicada (doravante LA) não é diferente. O surgimento de disputas traz para a LA diversas novas discussões muito pertinentes, que agregam à produção do saber na área. No entanto, é importante saber que polemizar não é brigar, e sim levantar questionamentos, defendendo, criticando tal tema, pois a partir desses questionamentos surgem novos aspectos a serem discutidos.

No contexto atual, as polêmicas que o surgimento de um novo morfema de gênero (o uso do morfema gramatical “-e”) trouxe foram e estão sendo de suma importância nos estudos em LA, porque abrem um leque de novas abordagens a serem estudadas. Assim, os diversos posicionamentos, cada um seguindo uma visão de língua diferente, estão fazendo com que tenhamos a noção do quão importante é discutir esse assunto. Para a LA, “linguagem” e “sociedade” são vistas como um todo. Logo, sobre essa polêmica, um argumento importante é que a implementação de uma linguagem neutra é essencial para que haja a inclusão de grupos que são deixados à margem pela sociedade.

Todavia, sobre o uso do morfema gramatical “-e”, uma polêmica que desencadeou vários posicionamentos sobre o tema foi o comunicado do Colégio Franco Brasileiro, no Rio de Janeiro, no qual informa que resolveu adotar a utilização do gênero neutro, a fim de promover o respeito à diversidade no ambiente escolar. Mas, infelizmente, essa medida não foi bem vista pela maioria dos pais e das mães das pessoas estudantes, mesmo a escola deixando claro que não era obrigatório. A polêmica foi levantada.

A partir dessas posições, do colégio e da família, o assunto foi comentado em diversos meios de comunicação, surgindo até um projeto de lei que visa proibir o uso do gênero neutro nas escolas naquele estado.

Nesse contexto, a LA que nos foi proposta na disciplina “Linguística Aplicada”, no curso de Letras-Língua Portuguesa (UFAL-Campus do Sertão), para esse semestre excepcional, foi uma LA que nos mostrou a polêmica como mais uma forma de aprendizagem, visto que, partir dela, podemos ver diferentes posicionamentos sobre uma única temática. Essa abordagem foi primordial para que conseguíssemos compreender como a LA realiza suas pesquisas, sendo possível refletirmos sobre a importância da LA para entendermos as polêmicas apresentadas durante o período. Na polêmica, os campos que essa área abrange casaram-se muito bem, pois as “brigas” se dão como acontecimentos não apenas sociais, mas também linguísticos, que são os principais objetos de estudo da LA.

Com tudo o que debatemos na disciplina, acerca dessa polêmica, podemos dizer também que as identidades não são fixas, não são biológicas, pois são construídas socialmente, são instáveis, e estão em constante processo de formação, transformação e (des)construção o tempo todo de nossas vidas. No entanto, é certo que essa perspectiva causa certo impacto, estranheza, para aquelas pessoas de (con)vivência tradicional. Porém, ao mesmo tempo, possibilita uma melhor (con)vivência social, para aquelas pessoas que assumem suas identidades “modernas”, de gênero, de raça, de sexualidade, de etnia e de nacionalidade, dentre outros aspectos.

Dessa maneira, a linguagem também vai sendo (des)construída e isso se faz necessário para que “todes” possam ser incluídes e a inclusão precisa ocorrer não só na dimensão social, mas também linguística, já que “sociedade” e “linguagem”

estão interligadas. O linguista aplicado Luiz Paulo da Moita Lopes nos aponta isso em seus textos. Para ele, ao longo das últimas décadas a LA passou por algumas transformações até deixar de ser vista como aplicação de teorias linguísticas e atingir seu status de ciência social, indisciplinar e independente, tornando-se uma ciência social que sofreu algumas mudanças no seu conceito desde seu surgimento, sendo reconhecida agora como uma área de investigação que se ocupa das questões sobre linguagem, tais como problemas enfrentados pelos sujeitos participantes do discurso no contexto social, seja dentro ou fora do ambiente de ensino e aprendizagem.

Deste modo, a LA contemporânea precisa estar atenta às características do sujeito, que não é mais visto como detentor de uma identidade pronta e acabada, mas sim um sujeito em (re)construção, a partir de suas interações com outros sujeitos e contextos sociais. Assim, se o mundo em que vivemos está cada vez mais marcado pelas transformações das relações sociais e econômicas, erguendo a preocupação e o debate sobre questões culturais e identitárias, buscando compreender essa sociedade constituída de sujeitos plurais baseada na diversidade e caracterizada, principalmente, pela desigualdade, as polêmicas tornam-se um relevante objeto de estudos na Linguística Aplicada.

Delmiro Gouveia (AL), 13 de dezembro de 2020.

SUMÁRIO

Linguagem, gênero e sexualidade: a transversalidade (a indisciplinaridade) na formação docente como garantia de Educação em Direitos Humanos	04
Ismar Inácio dos Santos Filho	
Polêmica: um objeto de estudos para a Linguística Aplicada	09
Maria Edja Dias de Souza	
O posicionamento normativo do projeto de lei nº 3.325/2020 (Alerj) contra a “linguagem neutra”	15
Erica Araújo Teixeira	
Na polêmica da “linguagem neutra”, a defesa da gramática normativa	27
Rafael Gonçalves	
“Gênero neutro” pela “Antropologia da linguagem”, com Èmile Benveniste	37
Ernando Nunes Cabral Filho	
Linguística Aplicada: um olhar necessário para o uso do “gênero neutro” em Língua Portuguesa	47
Maria Elizabete do Nascimento Barboza	
Atividades em Linguística Aplicada: reflexões sobre “gênero neutro”	61
Maria Alice Ribeiro Sousa Elivelton Soares Maciel	
Sotaque gay existe? Como abordar essa questão em uma proposta de intervenção em um livro didático	70
Maria Alice Ribeiro Sousa Josiane Alves dos Santos Raisa Roberta dos Santos	

Elivelton Soares Maciel Joana Fortes Silva
José Diógenes Alves Pereira
Kevin Dayson de Oliveira Silva

e-ISSN 2675-2816

CABURÉ

Saberes Acadêmicos
Interdisciplinares

V. 3, N. 1 (2024)

O POSICIONAMENTO NORMATIVO DO PROJETO DE LEI Nº 3.325/2020 (ALERJ) CONTRA A “LINGUAGEM NEUTRA”

THE NORMATIVE POSITIONING OF BILL Nº 3.325/2020 (ALERJ) AGAINST
"GENDER-NEUTRAL LANGUAGE"

Eric Araújo Teixeira

Graduando do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão, Delmiro Gouveia (AL) e participante voluntário no Programa Residência Pedagógica – Subprojeto

Língua Portuguesa.

eric.teixeira@delmiro.ufal.br

Resumo:

O presente artigo pretende refletir sobre o uso do marcador linguístico de “gênero neutro”, “-e”, tal como nas ocorrências “querides” e “alunes”, em uma breve problematização da polêmica gerada a partir de um comunicado emitido pelo colégio tradicional Liceu Franco-Brasileiro, no Rio de Janeiro, às famílias de estudantes, e do posicionamento da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), que apresentou, através dos deputados Anderson Moraes e Márcio Gualberto, do Partido Social Liberal (PSL), um projeto de lei com a pretensão de proibir usos linguísticos inclusivos, tais como os anunciados pelo colégio já mencionado. A reflexão feita no presente trabalho traça uma linha epistemológica pela Linguística Aplicada indisciplinar, a partir de Moita Lopes (2013a; 2013b). Conta com reflexões de Borba (2020), Viscardi (2020), de uma mesa-redonda do Festival de Literatura Pop – FLIPOP (2020), de Bagno (2019) e de Santos Filho (2017), dentre outros estudos da linguagem.

Palavras-chaves: Linguagem neutra. Linguística Aplicada indisciplinar, Alerj, Liceu Franco-Brasileiro.

Abstract:

This article aims to reflect on the use of the “gender-neutral linguistic marker, “-e”, as in the occurrences “querides” and “alunes”, in a brief problematization of the controversy generated by a statement issued by the traditional Liceu Franco-Brasileiro school in Rio de Janeiro to the families of its students, and the position of the Legislative Assembly of Rio de Janeiro (Alerj), which presented, through deputies Anderson Moraes and Márcio Gualberto, of the Partido Social Liberal (PSL), a bill with the intention of prohibiting inclusive linguistic uses, such as those announced by the aforementioned school. The reflection made in this work traces an epistemological line through interdisciplinary Applied Linguistics, based on Moita Lopes (2013a; 2013b). It features reflections by Borba (2020), Viscardi (2020), from a round table at the Pop Literature Festival – FLIPOP (2020), Bagno (2019) and Santos Filho (2017), among other language scholars.

Keywords: Gender-neutral language. Indisciplined applied linguistics. Alerj. Liceu Franco-Brasileiro.

Introdução

No Brasil, estamos diante de um cenário discursivo fervoroso, devido a polêmicas em torno da então chamada “linguagem neutra”. Diante de usos como “querides” e “alunes”, esbarramo-nos nos espaços virtuais e em reportagens jornalísticas, em jornais, revistas, na TV etc., com uma celeuma a partir da qual entramos em contato com diferentes posicionamentos a respeito do uso do “gênero neutro”, “posições” que correspondem a inúmeras noções (ideológicas) de língua.

A demarcação “noções ideológicas de língua” anteriormente feita pode parecer redundante, mas me refiro dessa maneira para dar ênfase aos processos e aos movimentos ideológicos subjacentes à defesa de uma língua, que ressaltam o ponto de vista de quem pesquisa, ou mesmo do sujeito comum, tal como alertou Saussure (1916), no sentido de que é a partir de um ponto de vista que se cria o objeto de que se fala, como no caso do objeto de estudo da Linguística. Para tanto, esse entendimento nos serve nessa discussão como orientação básica para compreendermos que as teorias linguísticas se situam – ideologicamente – na dimensão de um campo de saber, vislumbrando seu objeto de investigação, análise e estudo através da ótica que a corresponda.

Bagno (2019, p.10), a esse respeito, enfatiza que o embate está no ponto de vista, pois, para esse sociolinguista, “É o que explica (e talvez justifique) as constantes polêmicas em torno da linguagem e da língua, as guerras ideológicas (disfarçadas de disputas teóricas) entre as correntes de pensamento linguístico”. Com esse apontamento, compreendemos que as discussões a respeito do “gênero neutro”, ou de uma “linguagem neutra”, de modo geral, não são discussões de caráter pacífico, pois se dão uma na contramão da outra, a partir de visões de mundo e de língua diferentes e divergentes.

Nesse estudo, é essencial tocar nesse aspecto, principalmente, porque no decorrer desse texto vamos problematizar “os pontos de vista” e “posicionamentos” diante da questão (sócio)linguística em destaque, o denominado “gênero neutro”. Para essa discussão, abordamos a ação legislativa na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (doravante Alerj), em 11 de novembro de 2020, que se trata do Projeto de lei nº 3.325/2020, protocolado depois que o colégio tradicional Liceu Franco-Brasileiro, de Laranjeiras, na zona sul do Rio de Janeiro, emitiu um comunicado de que adotaria “linguagem neutra” no seu discurso institucional. O comunicado gerou repercussão entre os familiares e chegou até aos deputados Anderson Morais e Márcio Gualberto, afiliados do Partido Social Liberal (PSL), que protocolaram esse projeto de lei na Alerj, com o intuito de proibir o uso de “linguagem neutra” na grade curricular e nos materiais didáticos nas escolas da rede pública e privada do estado do Rio de Janeiro.

Para essa discussão, este artigo está subdividido em duas partes: inicialmente, situo o amplo caso, trazendo as implicações a respeito da “linguagem neutra”, do “gênero neutro” e do paradigma do “masculino genérico”, dialogando com Borba (2020), Jamilk (2020), Santos Filho (2017) e Viscardi (2020), e trago também as reflexões feitas a partir de uma mesa-redonda do Festival de Literatura Pop – Flipop (2020). Na sequência, apresento a polêmica que se gerou em torno do posicionamento do colégio tradicional Liceu Franco-Brasileiro, considerado mais inclusivo, e o posicionamento de deputados da Alerj, através do mencionado Projeto de lei, que objetiva barrar usos do denominado “gênero neutro”.

Reúno as informações através de matérias midiáticas que trouxeram o caso ao público, bem como da minha participação nessas discussões. Uma dessas matérias midiáticas foi extraída da CNN Brasil e está intitulada “Discussão sobre gênero neutro em colégio tradicional do Rio vai parar na Alerj”, veiculada no dia 12 de novembro de 2020. É nesse bojo de questões que desenvolvo uma reflexão crítica através dos estudos epistemológicos de uma Linguística Aplicada Indisciplinar, abordada por Moita Lopes (2013a), levando em conta um cenário de “discursos emergentes”, a partir de uma noção da língua portuguesa no século XXI, conforme reflexões em Moita Lopes (2013b). Consideramos também a problematização sobre língua, a partir de Bagno (2019).

Mas, o que é “língua(gem) neutra”?

Quando se fala em “gênero neutro” na Língua Portuguesa (doravante LP), na perspectiva de uma “linguagem neutra”, devemos necessariamente considerar o “sistema gramatical de gênero” dessa língua. Ao lançarmos tal olhar de acordo com a “gramática normativa”, como aponta Viscardi (2020), acreditamos que “rearranjos morfológicos” para atribuir o “gênero neutro não existem”, como, por exemplo, na palavra “tod-**e**-s”, caso em que o uso do “-e”, que representaria esse “rearranjo morfológico”, que assumiria a neutralidade de gênero, é recharçado.

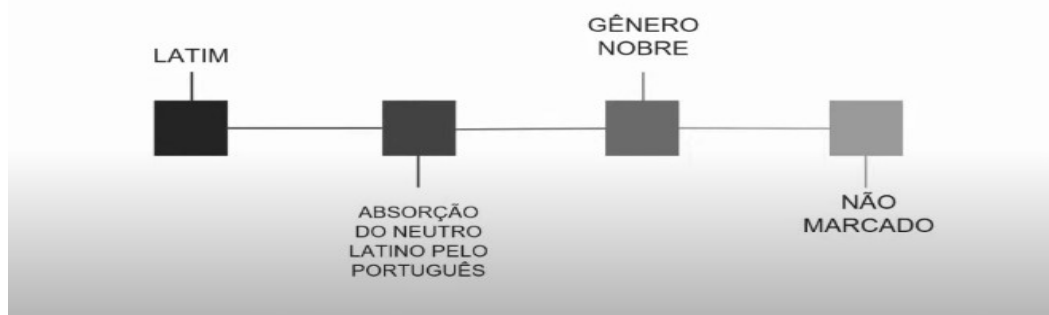
A respeito desse rearranjo morfológico, uma questão que é apontada por Jamilk (2020), doutor em Letras, *youtuber* e defensor da gramática normativa, é a de que nas raízes da LP está o Latim, o que implicaria que nas mudanças durante o desenvolvimento dessa língua o gênero neutro empregado no Latim, por ter uma forma semelhante ao masculino da LP, fundiu-se a ele. Para esse gramático normativo, então, a partir daí, se tem o que conhecemos por “masculino genérico”. O “masculino”, nessa perspectiva, assumiria a neutralidade, pois não teria uma demarcação de gênero. Assim, na palavra “tod-**o**-s”, o morfema gramatical de gênero “-o” já cumpriria o papel de neutralidade, inviabilizando, portanto, rearranjos morfológicos como o apresentado em “tod-**e**-s”. Com base nessa compreensão, Jamilk (2020) considera que o gênero neutro não é uma inovação na LP, pois ele já existiria no seu sistema gramatical. Esse linguista-gramático-normativo, sustenta ainda que há diferenciação entre gênero gramatical e gênero biopsicossocial, pois seriam coisas totalmente diferentes uma da outra.

Por outro lado, Viscardi (2020) faz uma reflexão diferente sobre o uso do “gênero neutro”. Enquanto Jamilk (2020) parte da gramática normativa para refletir acerca das desinências que demarcam o masculino como genérico e entende que somente o feminino faria uma demarcação de gênero, Viscardi (2020), então, pensa além do caráter gramatical normativo. Para essa linguista, o uso do masculino genérico sustenta um binarismo linguístico-identitário. Dessa forma, ela reflete não necessariamente a partir da gramática normativa, ou da língua padrão, mas a respeito do uso da língua em rearranjos morfológicos que contemplem linguisticamente as identidades dos sujeitos. Nesse aspecto, na perspectiva do feminismo, por exemplo, o masculino genérico é incapaz de incluir as mulheres (e toda uma comunidade que é distanciada/excluída linguisticamente), que estaria no lugar do “irrepresentável”, pois o que se tem é uma linguagem com um caráter masculinista.

Para refletir melhor a respeito do “masculino genérico” e do “gênero gramatical e gênero social”, as explicações trazidas por Borba (2020) nos permite

compreender como essas questões se consolidaram ao longo do tempo. Segundo esse linguista (*queer*) aplicado, a marcação linguística do gênero masculino e sua semelhança com o neutro em Latim se concretizou na verdade em um *continuum*, em que o “masculino genérico” assumiu um papel de gênero nobre, prevalecendo diante da demarcação do gênero feminino, noção que depois se efetivou a partir de um discurso científico objetivo, explicações em que o sexismo é apagado/ocultado. É nessa linha que a palavra “tod-o-s” prevalece sobre “tod-a-s” e “tod-e-s” e o masculino passa a ser tornado “não marcado”, conforme o *continuum* no quadro abaixo, mostrado por Borba (2020):

Figura 1: Esquema que mostra o *continuum* no qual o marcador de gênero masculino se torna “nobre” e “não marcado”.



Fonte: Borba (2020).

Assim, a questão do uso de “gênero neutro” vai além da gramática normativa e de explicações como as de Jamilk (2020), como defendem Borba (2020) e Viscardi (2020), por exemplo. Com essa abordagem histórica, mostrando o *continuum* da figuração de gênero neutro do Latim à LP, Borba (2020) nos orienta para o fato de que o gênero gramatical e o gênero social se relacionam no nível cognitivo, no sentido de que a compreensão de gênero social se imprime no entendimento sobre gênero gramatical, seja no masculino como gênero nobre, seja no masculino como não marcado. Desse modo, quando olhamos para as comunidades que fazem uso do “gênero neutro”, para não somente validar suas identidades, mas também para romper com o binarismo e sexismo nos usos linguísticos, que contribuem para o apagamento desses sujeitos, percebemos que há sim um movimento que implica a existência de tal uso. A demanda por uma “linguagem neutra” também implica na normalização do “gênero neutro”.

Como já enfatizado, o “gênero neutro” é um rearranjo morfológico que acarreta mudanças morfológicas que não acentuem um gênero ou outro, nem o masculino nem o feminino, como, por exemplo, para a substituição dos pronomes “ele ou ela” usar pronomes como “ile” ou “elu”, recursos gramaticais que já são usados por alguns grupos de pessoas trans não-binárias. Nesse sentido, na discussão, é importante ter em mente de qual perspectiva se fala sobre o assunto e o que se leva em consideração acerca do “gênero neutro” e de fatores externos a ele relacionados.

Socialmente, podemos dizer que há uma demanda por uma “linguagem neutra”, no cenário atual, que pretende repensar e problematizar os usos

linguísticos em prol de uma linguagem mais abrangente, de “uma linguagem para todes”, expressão que foi usada como tema de uma mesa-redonda no Festival de Literatura Pop (Flipop) neste ano, que contou com a mediação de Naná DeLuca (jornalista, educador popular e escritor), com a participação de Pri Bertucci (artista social, educador e pesquisador da área de diversidade), com Hailey Kaas (tradutora e escritora (trans)feminista) e com Koda Gabriel (escritore não-binário). Na mesa, argumentaram que todas as vozes devem ter espaço na literatura, e que, pensando nisto, coloca-se a questão da “linguagem neutra” em jogo, refletindo seu uso não somente nos rearranjos morfológicos, mas no que já há na língua para ser usado de forma que não marque gênero.

Nessa reflexão, Kaas (2020) destaca que a “linguagem neutra” é um projeto político não sexista e não binarista que questiona a forma como o mundo se divide entre masculino e feminino. Nesse sentido, a “linguagem neutra” busca romper com esse paradigma binário, pensando não somente na gramática escrita, mas também na gramática oral. Para essa (trans)feminista, a linguagem neutra é uma forma de repensarmos a língua(gem), objetivando uma forma mais inclusiva. É válido ressaltar que cabe aqui compreendermos que a “linguagem neutra” é, conforme sempre menciona o professor doutor Ismar Inácio dos Santos Filho, em aula, uma demanda linguístico-identitária, contrária à questão do “masculino genérico”. Tratando disto, Viscardi (2020) nos alerta sobre o fato de que ao longo do tempo o que se tem por “masculino genérico” não é visto como elemento que de fato determina neutralidade de gênero no seu uso.

Assim, para além do olhar gramatical normativo, a partir de Santos Filho (2017), trazemos uma reflexão acerca da abordagem linguística modernista, para quem, nessa abordagem, levamos em consideração as proposições de Saussure (1916), sobre a língua, entendida como um sistema psíquico, virtual e coletivo, que é aprendido e validado através da relação desses signos em coletividade, no qual um signo se relaciona com o outro, em oposição ou comutação, sendo seu valor atribuído pela negatividade. Essa abordagem é importante para refletirmos sobre o paradigma de gênero no sistema gramatical em LP. Conforme Santos Filho (2017),

Nesse caso, os valores em “todos” só se efetivam em oposição à “todas”, visto que o morfema “-o” só tem seu valor construído de marcação do gênero masculino em oposição ao morfema “-a”, que marca nessa oposição o gênero feminino. Logo, o valor do signo é constituído pelas diferenças, pela negatividade, não pela positividade. (Santos Filho, 2017, p.10).

Dessa forma, compreendemos que, na perspectiva da linguística modernista, o sistema gramatical de gênero está vinculado aos valores de signos em um sistema linear de dois eixos. Nesse, no eixo vertical, é demarcada a oposição, a ausência, como em “-o” em relação ao “-a”, e no eixo horizontal é demarcada a presença, a combinação, como em “tod-o/a-s”. Essa compreensão influenciou os estudos linguísticos, gerando o que Borba (2020) denominou de estudos científicos com caráter de objetividade. Nessa direção, temos o apontamento de Santos Filho (2017):

A esse respeito, dada a perspectiva de a língua ser encarada como só constituída na consciência coletiva, há linguistas

que rejeitam outros arranjos linguísticos, a exemplo do uso da palavra “todes”, na qual o /e/ assume o lugar de um morfema (“-e”), quando em comutação com as palavras “todos” e “todas”, tendo seu valor relativo ao lugar e à posição com os morfemas “-o” e “-a”, morfemas que figuram gênero masculino e feminino, respectivamente, nessa posição; logo, pelas negatitudes, não marcaria nem o gênero masculino, tampouco o gênero feminino (...) (Santos Filho, 2017, p.11)

Porém, quando observamos a questão pela perspectiva enunciativa, considerando Bakhtin/Volochínov ([1929] 2004), Santos Filho (2017) nos leva a entender que a partir de uma “Metalinguística ou Translinguística” é essencial para o/a linguista compreender os usos linguísticos no mundo dos significados, abrangendo, portanto, a posição ideológica na inter-relação. Ou seja, segundo Santos Filho (2017), para esses filósofos da linguagem, é relevante consideramos que os efeitos de sentidos que se propagam a partir dos signos têm caráter ideológico. Dessa forma, “Por essa postura epistemológica, a língua está diretamente relacionada à vida, não ficando à noção de gênero restrita à de gênero linguístico” (Santos Filho, 2017, p. 15). É possível dizermos que as discussões de Viscardi (2020) e de Borba (2020) dialogam com essa compreensão bakhtiniana.

Considerando esses apontamentos, quando falamos em “gênero neutro” também falamos a respeito da identidade e da vida de sujeitos, pois, a língua(gem) está atrelada à vida, aos fatores sociais, históricos, culturais e políticos de uma sociedade, no entendimento de que os sujeitos se manifestam ideologicamente através da linguagem. Portanto, não se separa língua de sujeito, e quando falamos a respeito do “gênero neutro”, “todes” ou qualquer outro rearranjo morfológico nesse viés está imbuído de um ato político, contrário à ideia de um sistema opressor que apaga e silencia pessoas.

Dados tais posicionamentos, compreendemos que uma língua não é um sistema autônomo, pois varia e muda (Bagno, 2019), de acordo com as práticas e os usos da linguagem em diferentes espaços e em diferentes tempos. Logo, é importante ressaltar que nenhuma concepção de língua é privada de ideologia, isto é, não se tem uma concepção que seja neutra, conforme bem explica Moita Lopes (2013b, p.104), para quem “As teorizações linguísticas são, claro, invenções ou construções sociais derivadas de ideologias particulares, como outros discursos quaisquer, com os quais agimos no mundo social”. A respeito da visão de linguagem modernista, tal como nas ideias de Jamilk (2020), na gramática normativa, e em Saussure, na linguística modernista, Moita Lopes (2013a) argumenta que tais concepções estão engendradas no ideal de pureza linguística, de língua autônoma e transparente, funcionando para manter as desigualdades de classe social, de raça, de gênero.

No caso do gênero neutro, tal como o posicionamento da gramática normativa e da linguística modernista, entendemos com Bagno (2019), que

Se recusar a ‘adequar’ sua linguagem ao que uma restrita parcela da sociedade exige e espera é mais uma frente de batalha na guerra pela liberdade de existir, pela ocupação dos lugares sociais que são delas e deles de direito e que sempre lhes têm sido negados (Bagno, 2019, p.16).

Assim até aqui, vimos diferentes e divergentes posicionamentos, estudos que servirão para nossa principal discussão, referente ao Projeto de lei nº 3.325/2020, que é tratado a seguir.

O posicionamento normativo da Alerj contra a “linguagem neutra”

O colégio Liceu Franco-Brasileiro, que fica na zona sul do Rio de Janeiro e, segundo apresenta, tem uma visão constituída pelo comprometimento com a educação para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Por isso, emitiu um comunicado à comunidade escolar no qual ressalta a valorização do respeito à diversidade e às diferenças em seu ambiente escolar. Nesse documento, anuncia, então, “a adoção de **estratégias gramaticais de neutralização de gênero**” nos “espaços formais e informais de aprendizagem”. Conforme argumenta, a intenção é promover **o combate a usos linguísticos vinculados ao machismo e sexismo no discurso**. Dessa forma, o objetivo do colégio é, segundo propõe, abrir espaço para **acolher e ouvir a voz desses sujeitos**, contemplando o maior número possível. A escola ainda reitera que não configura tal adoção como obrigatória e não necessariamente vai abandonar a **normatividade linguística**, pois se trata de um convite à reflexão desses usos “afim de promover uma **cultura escolar baseada em princípios de tolerância, inclusão e paz**”. As marcações em negrito são destaques meus.

Sobre esse caso, a CNN Brasil veiculou uma reportagem em 12 de novembro de 2020 em que informa que esse caso teve grande repercussão entre pais, mães e responsáveis por estudantes e que acabou chamando a atenção de dois deputados estaduais do Rio de Janeiro, do Partido Social Liberal (PSL), Anderson Moraes e Márcio Gualberto, que protocolaram o Projeto de lei nº 3.325/2020, publicado no mesmo dia em que a reportagem foi veiculada.

Conforme a reportagem e o próprio documento legislativo, o referido Projeto de lei “estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do estado do Rio de Janeiro ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as **normas e orientações legais de ensino**, na forma que menciona”. São mencionadas na proposição dos deputados “medidas protetivas” ao direito dos estudantes, posição em que fica claro que a proteção é contra a linguagem neutra, tal como disposto no texto, que expressamente sustenta: “**Art. 3º** - Fica expressamente **proibida a denominada ‘linguagem neutra’** na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos”.

No decorrer de todo o texto do projeto de lei, podemos inferir que essa proposta de lei sustenta que o direito do estudante (no masculino genérico) está pautado no aprendizado único de uma língua portuguesa padrão. Desse modo, visa toda uma proteção, sendo possível punição às instituições que a violarem, entendendo que a linguagem neutra é “destoante” e que seria inviável para o desenvolvimento social da população brasileira. Outro ponto abordado no projeto de lei, também em relação à proteção da língua padrão e ao direito do estudante no seu desenvolvimento pleno pautado nas orientações nacionais de educação, é mencionado, já no final do texto, da seguinte forma:

Excerto 1 de texto:

Desta forma, o presente projeto de lei objetiva garantir tal direito, para que **nossa língua portuguesa seja preservada de questões ideológicas**, assim como o direito a um ensino qualificado dos estudos e profissionais sejam tutelados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro [Destaque meu] (ALEJR, (RJ), 2020).

Considerando os posicionamentos do colégio e dos deputados, no referido projeto de lei notamos que é elementar, tal como me posicionei desde o primeiro ponto deste trabalho, refletirmos sobre a ideologia na defesa de uma noção de língua como um processo relacionado ao sujeito e seu ponto de vista, sua noção de mundo e de sociedade, tal como refletido por Viscardi (2020), na mesa do FLIPOP (2020), em Bagno (2019), em Borba (2020), em Santos Filho (2017) e em Moita Lopes (2013a; 2013b), por exemplo, que entendem que as ideologias perpassam/transitam nas comunidades e emergem delas nos seus discursos, e que, no caso do gênero neutro, há, por parte da comunidade de pessoas trans não binárias, conforme as discussões no FLIPOP (2020), e por parte do colégio Liceu Franco-Brasileiro, a reivindicação de um reconhecimento linguístico-identitário, rompendo um paradigma de gênero respaldado em um ideal de pureza.

Nesse sentido, o colégio aponta para a ideia, conforme bell hooks (2013, p. 223) [escrito em minúsculo mesmo] de que “Como o desejo, a língua rebenta, se recusa a estar contida dentro de fronteiras”. Dessa forma, o colégio tende a reiterar a compreensão de que, tal como discutiu Bagno (2019), diante da recusa de uma adaptação nas formas de usar e pensar a linguagem, de acordo com uma demanda mais inclusiva, é iminente que surja uma batalha pela liberdade de existir.

Pensando nesses apontamentos, e na emergente “linguagem neutra”, deparamo-nos com a necessidade de (re)teorizar a noção de língua, como Moita Lopes (2013a; 2013b) enfatiza, pois é a partir das práticas que se tece uma teoria. Então, conforme argumenta, “é crucial discutir se vamos continuar encarando as línguas como sistemas autônomos, apagando o sujeito social, suas marcas sócio-históricas e ideológicas em seu corpo – e os sofrimentos ou vantagens que acarretam” (Moita Lopes, 2013b, p.105). Com essa posição de “enfrentamento” teórico, propõe que é elementar pensar em uma reconfiguração dos moldes do campo da linguagem, bem como nos modos de organizar e pensar a sociedade. Para esse linguista aplicado, esse é um papel importante dentro da Linguística Aplicada Indisciplinar, que se preocupa em ir além das formalidades da linguagem e busca conectar-se às práticas sociais emergentes do mundo moderno.

Nessa direção, a Linguística Aplicada indisciplinar se insere politicamente no meio social, nas práticas sociais, com o pensamento de que para se produzir conhecimento é necessário implicar mudanças profundas. Nesse campo de estudos linguístico-discursivos, a língua é pensada na vida social, nos seus usos e práticas e que, dadas as questões sociolinguísticas, em um “mundo da mobilidade linguística-textual” faz-se necessário abordar esses rearranjos sociais (e linguísticos) em transição “com uma caixa adequada de ferramentas, reconhecendo que o vocabulário tradicional da análise linguística não é mais suficiente” (Moita Lopes, 2013a). De tal modo, é necessário (re)teorizar, (re)pensar os conhecimentos que se tem sobre o “gênero neutro”. Tal reflexão nos dá um suporte teórico baseado

nas observações da “linguagem neutra” e nas implicações políticas e sociais que estão agregadas à essa discussão e nos permite abordar tal assunto com mais propriedade, além de ampliar os conhecimentos e compreensões a seu respeito, evitando, assim, uma mistificação ou uma ótica muito superficial para um assunto tão denso quanto este, quanto à assumida pelos deputados que propuseram o mencionado projeto de lei.

Então, percebemos que essas argumentações questionam as ideias propostas no projeto de lei mencionado, bem como pode gerar e dividir opiniões. Assim, podemos interpretar que a proposta de lei é baseada no princípio de uma língua padrão, de uma língua pura, o que nos leva a compreender que, por ter esse imaginário, tal noção de língua não está desprovida de ideologia, visto que é uma concepção de língua que se relaciona com os ideais modernistas e fundamentalistas, conforme Moita Lopes (2013a; 2013b). Por posicionamentos como esse dos dois deputados da Alejr, a Linguística Aplicada está aí para servir como aparato e trazer à tona essas questões, observando, estudando e (re)teorizando essa mobilidade linguística-textual, não para explicá-la, em si e por si, mas para criar inteligibilidade acerca da vida social, interpretando as práticas discursivas.

Considerações

As polêmicas geradas, e que ainda vão surgir, em relação ao uso da “linguagem neutra” e sua relação com o ensino e a aprendizagem de LP, colocam-nos frente a uma guerra linguística, não contra a língua em si, jamais contra ela, mas em posições contrárias sobre a vida, sobre o mundo, em defesa de ideologias diferentes, marcadas pela construção sócio-histórica-cultural do sujeito.

Desse modo, se de um lado temos um fulgor que perdura uma conservação utópica de teorias formais, gramático-prescritivas, de outro, transversalmente, encarando a sociedade em sua fluidez, temos uma teorização que perpassa vários caminhos epistemológicos, como é o caso da Linguística Aplicada Indisciplinar, o que deixa o legado de que devemos olhar para a língua de vários campos epistemológicos e também para como ela se move através dos sujeitos. Logo, devemos “redefinir nosso campo de trabalho tendo em vista as mudanças sociais que estamos **enfrentando**” [destaque meu] (Moita Lopes, 2013b, p.112).

Assim, consideramos que as discussões do ponto de vista gramatical normativo se limitam a prescrever regras que distinguem o que é “certo” e “errado”. De outro modo, consideramos que é importante considerarmos os sujeitos que operam a língua nas suas comunidades, já que temos consciência de uma vasta variação da língua portuguesa, no sentido de que cada comunidade, ou via de acesso para texto escrito (ou mesmo oral se considerarmos as redes sociais com *chats*), tem um jeito particular de manifestação da linguagem. Isso é o indício de que o certo e o errado restam apenas para os sistemas prescritivos. Logo, é de fundamental importância ponderarmos que a língua passou e continuará passando por mudanças e que algumas delas vão encontrar um lugar como “norma gramatical”, já que na nossa sociedade o princípio da coletividade valida seus usos, e outros não. Mas, esse último aspecto não deve ser o nosso Norte.

Finalizo dizendo que o Projeto de lei nº 3.325/2020 é o reflexo dos ideais modernistas, nos quais a gramática normativa assume um papel no topo desse paradigma, tal como é para Jamilk (2020), que, a partir de seu pensamento,

constrói fronteiras ao redor dos usos da língua portuguesa, dissipando realidades, numa tentativa de manter o ideal de língua pura, de manter determinados sujeitos como modelos ideais. Porém, devemos argumentar que nesse padrão não cabe uma língua pulsante, com seu movimento que é além das margens, transitando até mesmo no transidiomático, transgredindo de um sistema fechado para um cenário multiculturalista, repleto de diversidade. Sobre a língua, mesmo que se queira, não se tem controle. Resta-nos observá-la e, como estudantes dela, interpretar seus usos.

Referências

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – Alerj - **Projeto de lei Nº 3325/2020** – Disponível

:http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/22e138b53c70ad770325861d005d40a9?OpenDocument#_Section1. Acesso em: 10 novembro 2020.

BAGNO, Marcos. Primeiras palavras - A norma culta que se lasque! In, BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2019 p. 9-16.

BORBA, Rodrigo, - **Linguagem neutra, ansiedades cisgêneras e a pragmática da recusa** – V Simpósio Nacional sobre Discurso, Identidade e Sociedade; Associação de Linguística Aplicada do Brasil – ALAB, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BQ_PGwHFvLg. Acesso em: 10 dezembro 2020.

BERTUCCI, Pri; DELUCA, Naná; GABRIEL, Koda; KAAS, Hailey. **Uma linguagem para todos**. Festival de Literatura Pop - FLIPOP; Editora Seguinte, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERLrqGY-3jU&t=223s> Acesso em dezembro de 2020. Acesso em: 10 dezembro 2020.

JANONE, Lucas; COUTO, Camille. **Discussão sobre gênero neutro em colégio tradicional do Rio vai parar na Alerj**. CNN Brasil reportagem. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/discussao-sobre-genero-neutro-em-colegio-tradicional-do-rio-vai-parar-na-alerj/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20comunicado,o%20sistema%20bin%C3%A1rio%20de%20g%C3%AAnero%E2%80%9D.&text=O%20comunicado%20causou%20grande%20pol%C3%AAmica,Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20Justi%C3%A7a%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 novembro de 2020.

hooks, bell. A língua: ensinando novos mundos/novas palavras. In. hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2013, p. 223-233.

Jamilk, Pablo. **Pronome Neutro - todos, todxs, tod@s**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yA8bZ380_XQ&t=51s Acesso em: 10 novembro 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **II Ciclo de Diálogos em Linguística Aplicada - Instituto de Estudos da Linguagem - IEL** – UNICAMP, 2013^a. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8> . Acesso em: 10 novembro 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013b, p. 101-119.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **100 anos do curso de linguística geral: na construção da linguística “diálogos” com Saussure** – 2017 (apostilha).

VISCARDI, Jana - **8 polêmicas sobre gênero neutro na língua | Jana Viscardi**. Youtube, 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=TMNBbsV8LKc&t=4s> Acesso em: 10 novembro 2020.

Delmiro Gouveia (AL), 15 de dezembro de 2020.

e-ISSN 2675-2816

CABURÉ

Saberes Acadêmicos
Interdisciplinares

V. 3, N. 1 (2024)

NA POLÊMICA DA “LINGUAGEM NEUTRA”, A DEFESA DA GRAMÁTICA NORMATIVA

IN THE CONTROVERSY OF “GENDER-NEUTRAL LANGUAGE”, THE DEFENSE
OF NORMATIVE GRAMMAR

Rafael Gonçalves

Graduando do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão, Delmiro
Gouveia (AL).

rafaelletras33@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma discussão sobre os posicionamentos de especialistas, linguísticas, acerca da linguagem neutra, analisando à luz da linguística, fazendo contraste entre a teoria que age em defesa da gramática [normativa] e a teoria da língua como rizoma, sendo esta última uma crítica à concepção de língua pelo viés estado-nação. A metodologia utilizada é bibliográfica e de confronto, na qual são mobilizados estudos de Moita Lopes (2013,2013), de Bagno (2019), de Bechara (2011) e outros. Sendo assim, na polêmica da linguagem neutra, a defesa da gramática não se trata apenas da exposição da estrutura do sistema linguístico do português, mas a reverberação da ideologia dominante e de desigualdades e preconceitos.

Palavras-chave: Linguagem Neutra. Pronome Neutro. Linguística Aplicada. Gramática Normativa. Linguística.

Abstract:

This article aims to develop a discussion on the positions of some linguistic experts regarding gender-neutral language, analyzing it in the light of linguistics, contrasting the theory that defends [normative] grammar and the theory of language as a rhizome, the latter being a critique of the conception of language from the nation-state perspective. The methodology used is bibliographic and confrontational, in which Moita Lopes (2013, 2013), Bagno (2019), Bechara (2011) and others are mobilized. Therefore, in the controversy over gender-neutral language, the defense of grammar is not only about exposing the structure of the Portuguese linguistic system, but also about the reverberation of the dominant ideology and of inequalities and prejudices.

Keywords: Gender-Neutral Language. Gender-Neutral Pronoun. Applied Linguistics. Normative Grammar. Linguistics.

Introdução

A denominada polêmica do “gênero neutro” está em protagonismo mais uma vez, motivando e dividindo opiniões entre pais, mães, estudantes, docentes e até mesmo especialistas em Linguística, o que permite aqui a sua problematização. Inicialmente, devemos entender que, para quem defende, quando falamos em “gênero neutro”, estamos falando de linguagem inclusiva, falando de uma linguagem usada com a perspectiva de evitar preconceitos, discriminações, apagamentos e ofensas a sujeitos que não se reconhecem no binarismo linguístico de gênero. Ou seja, entendem que há a necessidade desses sujeitos identificarem-se na língua, constituindo-se no discurso, através de rearranjos gramaticais morfológicos, por exemplo. Aí, surge o que podemos denominar de linguagem neutra, uma nova linguagem que permite a esse grupo social marcar-se linguisticamente.

Estamos, então, diante de um cenário discursivo complexo (Moita Lopes, 2013), com os discursos emergentes (Moita Lopes, 2013), no qual há a demanda de igualdade por mulheres e homens trans não binários, para quem, além das marcações gramaticais de gênero masculino e feminino, faz-se necessária a marcação de gênero neutro, que vem sendo marcado pelos usos de “-x”, “-@” e “-e”, como em “tod-x-s”, “tod-@-s” ou “tod-e-s”, visando não particularizar, não binarizar, o gênero. Suas aparições têm sido mais frequentes em redes sociais, na parte escrita, e agora também em alguns textos publicitários, acadêmicos ou literários. Logo, esta proposta, que visa ir além da marcação morfológica binária de gênero por “-a” ou “-o” é conhecida como uso de “gênero neutro”, que é o uso de um morfema gramatical como “-x”, “-@” e “-e” em uma unidade lexical para se referir a todes, sem, como mencionei antes, particularizar gênero.

No entanto, essa marcação gramatical de gênero neutro vem causando muita polêmica, principalmente localizada entre os internautas nas redes sociais, o que já acontecia muito antes, por exemplo, no *Twitter*, dos sujeitos civis comuns, até mesmo de parlamentares, enfim, da sociedade, principalmente após a publicação de um comunicado feito pelo tradicional colégio Liceu Franco-Brasileiro, de Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro, que manifestou a adesão à “linguagem neutra” em seu discurso institucional, sendo (de)liberado o seu uso em seu espaço.

O comunicado proferido por essa instituição de ensino deu liberdade para a comunidade escolar utilizar formas de tratamento não binárias, atendendo a essa demanda linguístico-identitária, assim adotando a linguagem neutra, possibilitando a alunas, alunes e alunos e docentes a oportunidade de escolher a forma de tratamento que julgarem mais adequada, conforme a circunstância. O uso da neutralização de gênero que gerou a discussão foi a seguinte marcação: “querides alunes”. No entanto, como o próprio boletim informativo diz, a colocação é referente aqueles sujeitos, docentes e alunx-e/-@-s, que não se identificam com o sistema binário, ratificando “o respeito à diversidade e à inclusão”.

Assim, a partir da posição do Liceu Franco-Brasileiro, ganhou destaque na mídia e em outros espaços discursivos a polêmica sobre gênero e linguagem neutra, pois, embora seja uma forma de se referenciar ao outro numa perspectiva inclusiva, há quem alegue que essas enunciações irão alterar “a língua portuguesa, o velho e bom português”, posicionamento cujos argumentos estão fundados na gramática normativa. Logo, debater sobre esse aspecto é crucial, já que os

diferentes e divergentes posicionamentos refletem noções de língua e suas ideologias.

Sendo assim, a proposta da discussão é identificar as concepções de língua presentes nos discursos de especialistas que estão discutindo o tema referido, a polêmica da linguagem neutra, através de manchetes, de textos e vídeos, trazendo autores como Bechara (2011) e Jamilk (2020), que, na perspectiva da defesa da gramática normativa, veem a língua através da ótica da gramática normativa, como um código, aplicada ao estado-Nação, sem a participação de falantes, de forma homogênea, e, noutra perspectiva, Moita Lopes (2013), através da Linguística Aplicada, estudioso que desenvolve os seus estudos linguísticos por uma linguagem inclusiva, e aqui, através da Linguística Aplicada Indisciplinar, teoriza a língua como rizoma, e especialistas conectando as suas posições a esses conceitos linguísticos.

Linguagem neutra, gênero neutro e a defesa da gramática [normativa]

O sistema de gênero limita-se ao masculino e ao feminino, na língua portuguesa, é binário, e, por isso, aquelas pessoas que não se identificam com esse sistema fica(va)m à margem, visto que, embora o morfema gramatical “-o” (supostamente) marque o denominado genérico, nem todas as pessoas se identificam com esta marcação. Dois deputados estaduais do Rio de Janeiro, por exemplo, questionaram a decisão da escola, antes mencionada, e, com urgência, protocolaram na Alerj o Projeto de lei 3.325/2020, que visa inibir a ação do colégio, em comunhão com pais e mães daquele estabelecimento, contra a neutralização de gênero.

Mas a polêmica não é nova, pois esses pais e mães não foram as primeiras pessoas a se posicionar. Assim, há outros pontos de vistas acerca da linguagem e o gênero neutro, de pesquisadores e pesquisadoras da área de linguagem. Na entrevista intitulada “O que você acha dessa história de falar amigos bonites?”, por Reinaldo Polito, disponibilizada no site da UOL (com acesso em <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2020/11/24/o-que-voce-acha-dessa-historia-de-falar-amigos-bonites.htm>), dialogam sobre o assunto o professor Sérgio Nogueira e a doutora Edna Maria Barian Perroti. Nogueira aborda o assunto através da linguística histórica, recordando a história da língua, quando explica que no Latim, de onde viria a língua portuguesa, havia três gêneros, quais sejam, o masculino, o feminino e o neutro, mas que o neutro acabou sendo absorvido pelo masculino. Logo, o professor Nogueira (2020) diz duvidar que a marcação da linguagem e gênero neutro funcione, por ser, em sua compreensão, uma **imposição**. Defende, então, a **naturalidade da língua**.

A professora Perroti (2020) posiciona-se em relação ao tema debatido afirmando que as línguas são vivas e totalmente passíveis de **mudanças**, em um **processo natural, quase inconsciente e coletivo**, sem que haja nenhuma **imposição**. Tratando como mudança a indicação do gênero neutro na língua portuguesa, diz que, em nome da inclusão, está havendo um movimento para mudar a indicação de gênero, no qual as palavras femininas terminadas em “-a” e palavras masculinas terminadas em “-o” passariam a ter a terminação em “-e”, ou “-x” e ou “-@)”, como em “todxs”, “tod@s” e “todes”.

Mas, a professora aponta problemas, fundamentando-se no emprego do artigo. Então discorre sobre como a língua portuguesa faz uso do artigo e sua participação para determinar o gênero gramatical da palavra. Reforça que “gênero gramatical é diferente de gênero sexual (...) pois se quem advoga a mudança está pensando numa identidade de gênero inclusiva é porque confunde gênero sexual com gênero gramatical”, reforçando que gênero sexual e gênero gramatical seriam coisas diferentes. Encerra dizendo que **a gramática deve ser poupada**, pois “as marcas de feminino e plural, assim como as desinências verbais, são elementos gramaticais que fazem parte de uma **lista fechada, que não admite mudanças**” (Perroti, 2020). Já para o redator, em sua conclusão, diz que o gênero neutro é um modismo e que as **regras da gramática são criadas a partir do bom uso da língua falada**.

Em outra reportagem, “Linguistas discutem a neutralização do gênero Gramatical”, por Giuliana Toledo, publicada no site da revista Época, da Editora Globo, em novembro de 2020 (com acesso em <https://encurtador.com.br/biMgY>), Aldo Bizzocchi, doutor em linguística, sobre a necessidade de mudanças na língua portuguesa, comenta se existe machismo em nossa língua. Para ele, essa ideia é um mito, pois, conforme argumenta,

O masculino é nosso gênero neutro. [...] Além disso, existe uma confusão entre três coisas: sexo biológico, gênero biopsicossocial e gênero gramatical. Não há nenhuma relação obrigatória com a realidade extralinguística, ou seja, com o mundo real (Bizzocchi, 2020).

Nesse posicionamento, o linguista acredita que o uso que menos causaria trauma ao sistema, em relação ao gênero neutro, é a letra “e”, porque o “x” e o “@” são impronunciáveis em nossa língua. Tal como se pronuncia, “O ‘e’ seria então o **menos danoso**, mas, na prática, seria uma mudança inócua. Ninguém conseguiria falar desse jeito, é tão antinatural” (Bizzocchi, 2020).

Embora a professora Perroti (2020) afirme que “as línguas são vivas e totalmente passíveis de mudanças, num processo natural, quase inconsciente e coletivo”, ela menciona que deva ocorrer “sem que haja nenhuma imposição”. Então, o emprego dos morfemas de gênero que designam a neutralidade da palavra, que promove uma linguagem inclusiva, é mais visto por ela como uma ação impositiva do que visto como um fenômeno linguístico.

Mas, como foi mencionado, entendemos que seguem uma noção de língua que está em Bechara (2011) e Jamilk (2020), por exemplo, a de que a gramática da língua portuguesa não permite mudanças, pois as regras da gramática são criadas a partir do bom uso da língua falada. Logo, evidentemente, dizem que se trata de uma imposição, e por isso a gramática deve ser poupada, pois não admite mudanças. O uso da linguagem neutra, nessa perspectiva, (cor)romperia a naturalidade da língua, afetando a sua pureza.

Jamilk (2020), em um vídeo disponibilizado na plataforma do *Youtube*, intitulado “Pronome Neutro - TODES, TODXS, TOD@S”, manifesta a sua posição em relação ao assunto, se embasando na concepção de língua vista sob a ótica da gramática normativa. Inicialmente, Jamilk (2020) já deixa em evidência que explicará, para ele, a pretensa linguagem neutra, a partir de ponto de vista “técnico”, “gramatical”. Ele explica que há diferença de pronome e linguagem neutra, e para tanto recorre às normas gramaticais no que tange aos pronomes

demonstrativos (isso, isto e aquilo), justificando, portanto, que na língua portuguesa já existe o pronome neutro e, sobre a linguagem neutra, assume que não é preciso “criar uma linguagem neutra, porque ela já existe no português”, em decorrência dos pronomes demonstrativos, e que a marcação do morfema de gênero neutro (“-e”, “-x”, “-@”) chega a ser “um absurdo”. Assim, reafirma que “colocar o “-@” é tão absurdo quanto colocar o “-e” ou o “-x”, pensando em neutralidade.

Logo, Jamilk (2020) apresenta uma noção de gênero no sistema-linguístico do português. Para ele, dentro deste processo sistêmico-linguístico, seguindo o perfil da gramática normativa, o sistema de gêneros nosso é binário, havendo a marcação gramatical do signo de gênero masculino “-o”, para o gênero masculino, e a marcação gramatical do signo de gênero “-a”, para o feminino. Complementa dizendo: “masculino e feminino são conceitos relacionados ao gênero da palavra e não ao gênero da pessoa. A nossa língua portuguesa possui marcas genéricas para as palavras” Jamilk (2020).

Prosseguindo, aborda a história da língua portuguesa e então discorda de quem teoriza que “o português brasileiro é machista. O português é um sistema patriarcal”, taxando esses sujeitos de *sem informação*. Então, evidencia que há “apelo por uma linguagem que fosse equânime”. Desse modo, em sua concepção, “a forma padrão é um espelho do ideal de língua” (JAMILK, 2020) Sendo assim, ele age em defesa da gramática, a partir de seu posicionamento, principalmente ao dizer:

Quando nós pensamos em regras para a estruturação da língua portuguesa nós temos que pensar em regras que são recorrentes e aplicáveis, porque a nossa língua funciona por um mecanismo chamado de heurísticas, um modelo mental a partir do qual você consegue replicar e transformar novas sentenças (JAMILK, 2020).

A revista *Veja* publicou uma entrevista com Evanildo Bechara, possivelmente o maior nome da gramática normativa no Brasil, no ano de 2011, concedida a Roberta de Abreu Lima, que teve como título “Em defesa da gramática” e como subtítulo “Um dos mais respeitados especialistas da língua portuguesa condena os colegas que se insurgem contra a norma culta – e diz que disseminá-la é crucial para o país avançar”, como podemos ler na figura que segue.

Figura 01: Recorte da primeira página da entrevista de Bechara na revista Veja.



Fonte: Veja (2011).

Nessa entrevista, a polêmica é outra: trata-se da defesa da gramática, na qual condena colegas especialistas nos estudos em linguagem que se opõem ao que na entrevista denomina-se de “norma culta”, o que, na verdade, corresponde claramente à “norma-padrão” da língua. Assim, seguindo o sistema de perguntas e respostas, Bechara (2011) posiciona-se em relação às incógnitas apresentadas, com base em seu conhecimento e propondo intervenções. Como o texto revela-nos, trata-se de uma defesa da gramática, deixando em clarividência o tipo de gramática, a gramática normativa.

Inicialmente, a jornalista/revista Veja destaca na primeira coluna, após a breve apresentação do referido gramático, no mesmo parágrafo, a menção de Bechara (2011), que diz que “os seus colegas subvertem a lógica em nome de uma doutrina¹ que só serve para tirar a chance de crianças e jovens ascenderem socialmente²” (Bechara, 2011, p. 21). Nesse modo de ver a língua, o (re)arranjo morfológico do paradigma de gênero, por exemplo, seria uma subversão, pois rompe(ria) com a padronização.

Quando questionado sobre a distribuição de vários exemplares do livro “Por uma vida melhor”, taxado à época de ensinar um português errado, o gramático se posiciona dizendo que “estão confundindo um problema de ordem pedagógica, que diz respeito às escolas, com uma velha discussão teórica da sociolinguística”. Então, faz o reconhecimento do que denomina de “linguajar do povo”, mas privilegia a referida “língua³ culta”, quando diz que esta é dotada de qualidade e valores incomensuráveis. Além, ressalta ser a “língua culta” a única capaz de

¹ Não se trata de lógica, mas de funcionalidade. Esses linguistas, tal como Marcos Bagno, estudam o que a língua está sendo, ou os dizeres reais.

² Mas, para Bagno (2019, 16), “A norma culta que se lasque, que se dane, que se esboroe! A norma culta que vá tomar banho na soda! Saber falar “o bom português” nunca permitiu a ascensão social de ninguém, ao contrário do que prega a propaganda enganosa da pequena, pequeníssima burguesia”

³ Seria a “norma-padrão”

representar e comunicar os pensamentos que circundam o mundo da arte, da música e da literatura. Postula, portanto, que a linguagem popular, referida por seus colegas, é desprovida de vocabulário e de estrutura gramatical, necessárias, segundo ele, para permitirem estruturar ideias de maior complexidade.

Logo, Bechara (2011, p.3), quando questionado sobre a real importância da “norma culta” para a língua, defende-a como um componente indispensável para ascender socialmente, e que qualquer um com faculdade de saberia que para almejar oportunidade melhores deveria dominá-la, e também porque “Quanto mais a norma culta é praticada, mais o idioma e a gramática evoluem”

Observando, portanto, esses posicionamentos, conjectura-se qual a noção de língua que os especialistas partilham: a da gramática normativa, como um código, homogênea, aplicada ao estado-Nação, sem qualquer possibilidade de variação e mudança. Nesse caso, uma língua de ninguém. Sendo assim, a concepção de língua predominante é a que corresponde à modernista, isto é, aquela que está para um ideal de língua, como imaculada, impoluta, neutra, autônoma, transparente, representacional e invariável.

Todavia, para os estudos de Linguística Aplicada na contemporaneidade, os estudos linguistas modernistas não conseguem abarcar a gama de informações e fenômenos presentes em um “cenário linguístico-discursivo complexo” (Moita Lopes, 2013, p.4), que exige refletir as teorias até então postas e especular outras para o sistema linguístico do português, das línguas em geral, pois vivemos em “tempos de globalização cultural, caracterizados por sociedades porosas” [...] em que tanto as línguas como as pessoas e os textos estão em movimento” (Moita Lopes, 2013, p. 6)

Nesse sentido, Bagno (2019, p.10) diz que “assumir uma *theoria* sobre a língua implica também produzir um *discurso* sobre ela, produção de discurso que, inevitavelmente, depende das crenças prévias ou, para usar o termo já clássico, da *ideologia* do teorizador” (itálico do autor). Logo, dessas compreensões outras, diferentes da perspectiva que olha a língua por dentro da gramática normativa, Moita Lopes (2013), para abordar a questão de discursos emergentes – aqui podendo ser entendido o uso de marcadores de gênero neutro – com base nos estudos de Deleuze e Guattari, teoriza a língua como rizoma. Isto é, associa, como metáfora, uma língua à cebola, porque entende uma língua como uma rede de fluxos, repleta de camadas, e não somente considera a sua estrutura interna, as raízes, porque, se assim for, as pessoas e suas práticas sociais são apagadas e desconsideradas. Logo, para esse linguista aplicado,

A metáfora do rizoma parece ser muito mais adequada para pensar as línguas, não como sistemas autônomos fechados que apagam as pessoas e os usos que elas fazem das línguas, mas como trama instável de fluxos que só ganha vida quando as pessoas e suas subjetividades e histórias são consideradas nas práticas sociais múltiplas e situadas de construção de significado em que atuam (Moita Lopes, 2013, p.6).

Considerações

Considerando o que foi abordado, é muito importante discutir as metodologias linguísticas e a forma como linguistas olham para o objeto “língua”, pois reflete em seus posicionamentos. Aqui, portanto, interessa mais de perto

refletir sobre o fenômeno linguístico do (re)arranjo morfológico em paradigma de gênero, no sentido de que não é danoso ao sistema linguístico, ou antinatural, mas uma questão linguístico-social, emergente, de caráter identitário. Aponta para as pessoas, os textos e a sociedade em movimento.

Logo, as guerras teóricas são guerras ideológicas, conforme Bagno (2019), porque, conforme Moita Lopes (2013), as línguas são invenções disciplinares e políticas, que partem de construtos sociais derivados de ideologias particulares. Então, teorizar a língua, o que chamamos de português, a partir da perspectiva da Linguística Aplicada indisciplinar, é teorizar a língua como ela está sendo, funcionando, sem apagar o sujeito, suas ideologias e as suas práticas sociais. Assim, passamos a entender que o posicionamento sob a ótica modernista da língua está para inibir as mutações comunicativas, a superdiversidade, o bilinguajar e o transidiomático (Moita Lopes, 2013).

Sendo assim, a recorrência de sentidos dados à língua sob a gramática normativa e mesmo sob a linguística estruturalista se dá porque na nossa área de atuação os profissionais, como os mencionados nas reportagens, vídeo e entrevista, não agem de forma indisciplinar, desconsiderando referências teóricas que poderiam fazer repensar a respeito desses fenômenos ocorridos na língua, em diálogos com aspectos da sexualidade, da identidade, de gênero etc. Assim, observar a língua a partir da gramática normativa, como posicionaram-se Jamilk, Bechara e Bizzocchi, reafirma a perspectiva da língua como um sistema autônomo, estático, e esta noção modernista de língua pura e prescritiva colabora na construção de um estado-nação, de caráter homogeneizador.

Portanto, através do que chamam de defesa da gramática, estão reverberando a concepção de língua como um sistema autônomo, considerando a sua estrutura interna, transmitindo a sua ideologia através de seus posicionamentos, desconsiderando falantes e o meio social. Em outras palavras, os defensores da gramática normativa são purificadores da língua, e esta pureza de língua torna-se veículo de cristalização das desigualdades sociais de classe social, de gênero, raciais, conforme Moita Lopes (2013).

Referências

JAMILK, Pablo. **Pronome Neutro - TODES, TODXS, TOD@S**. (33m34s). 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yA8bZ380 XQ>. Acesso em: 11 janeiro 2021.

BAGNO, Marcos. Primeiras palavras. In. BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2009, p. 9-11.

BAGNO, Marcos. A norma culta que se lasque!. In. BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2009, p. 13-16.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In. MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 101-119.

BECHARA, Evanildo. Em defesa da gramática. In. **Revista Veja**, São Paulo, p. 21-25. 01 jun. 2011.

Delmiro Gouveia (AL), 05 de janeiro de 2021.



e-ISSN 2675-2816

“GÊNERO NEUTRO” PELA “ANTROPOLOGIA DA LINGUAGEM”, COM ÈMILI BENVENISTE

“GENDER-NEUTRAL LANGUAGE” THROUGH THE “ANTHROPOLOGY OF
LANGUAGE”, WITH ÈMILI BENVENISTE

Ernando Nunes Cabral Filho

Graduando do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão, Delmiro
Gouveia (AL).

ernandonunes@outlook.com

Resumo:

A neutralidade de gênero é um tema polêmico e que está em voga nas discussões do meio acadêmico e também na sociedade. Assim, a ideia deste ensaio é situar acerca do ponto de vista de diversos especialistas que trabalham com a língua e a gramática, a respeito da denominada “linguagem neutra”, ou especificamente sobre “gênero neutro”. Desse modo, este ensaio se embasa nos estudos de Èmile Benveniste, através de Santos Filho (2012), na compreensão da “Antropologia da Linguagem”, visando compreender como a proposta desse linguista, seguidor de Saussure, o pai da linguística moderna, ajuda-nos a refletir sobre o “gênero neutro”. Entretanto, na discussão, também temos o posicionamento de Bagno (2001; 2019), acerca do preconceito linguístico, de Viscardi (2020), trazendo novos olhares sobre o sistema gramatical de gênero na língua portuguesa, e de Borba (2020), desconstruindo a noção de “genérico masculino” como não marcado.

Palavras-chaves: Gênero Neutro. Antropologia da Linguagem. Èmile Benveniste.

Abstract:

Gender neutrality is a controversial topic that is in vogue in academic and social discussions. Thus, the idea of this essay is to situate the reader regarding the point of view of several experts who work with language and grammar, regarding the so-called “gender-neutral language”, or specifically about “gender-neutral pronoun”. Thus, this essay is based on the studies of Èmile Benveniste, through Santos Filho (2012), in the understanding of the “Anthropology of Language”, aiming to understand how the proposal of this linguist, a follower of Saussure, the father of modern linguistics, helps us to reflect on the “neutral gender language”. However, in the discussion, we also have the position of Bagno (2001; 2019), regarding linguistic prejudice, of Viscardi (2020), bringing new perspectives on the grammatical system of gender in the Portuguese language, and of Borba (2020), deconstructing the notion of “generic masculine” as unmarked.

Keywords: Neutral Gender. Anthropology of Language. Èmile Benveniste.

Introdução

A língua sempre foi alvo de polêmicas ao longo da história. Nesse sentido, mais do que um processo de interação, muitas instituições e grande parte da população acabam tornando a língua um instrumento de repressão e imposição da dita “normatividade” linguística. Assim, a polêmica linguística da vez diz respeito ao uso do “gênero neutro” na vida social e nas escolas, sob a forma de preocupação das noções da linguagem neutra na comunicação oral e escrita.

Mas o que é “gênero neutro”? A discussão começa quando se formam duas ou mais vertentes acerca do que definimos como “linguagem neutra”. No que tange à gramática normativa, regida pelas regras da língua portuguesa atual, temos a neutralidade representada pelo genérico masculino, conforme discute Jamilk (2020), doutor em Letras, *youtuber* e defensor da perspectiva da língua padrão. Isto é, para esse professor, quando a língua portuguesa derivou do Latim, que previa três definições de gênero, quais sejam, masculino, feminino e neutro, houve uma fusão entre masculino e neutro, por causa de algumas semelhanças de estruturas morfossintáticas. A exemplo disso, a palavra “menin-o” não marcaria gênero, seria de marcação neutra, porque seria de marcação genérica, através do uso de “-o”, e a palavra “menin-a”, teria em “-a” a única marcação de gênero existente na língua portuguesa, o feminino, conforme os ideais gramaticais normativos e linguísticos modernistas, tal como explica-nos Viscardi (2020), a partir da argumentação do linguista Câmara Jr.

Para pensarmos mais sobre o masculino genérico, podemos trazer à tona as ideias de Borba (2020), sobre linguagem neutra, em palestra ministrada no V Simpósio Nacional e Internacional de Discurso, Sociedade e Identidade (SiDIS). Borba (2020) adentra no debate para desconstruir a justificativa de que a língua portuguesa já possui “neutralidade” em sua gramática, devido ao uso do masculino genérico, conforme pontuei anteriormente. Esse linguista (queer) aplicado afirma que essa noção de neutralidade “apagou” a real conotação sexista presente na gramática.

Ele exemplifica sua posição através de dados históricos, a partir dos quais podemos compreender que a língua dita “neutra” (no caso do masculino (genérico)) na verdade possui sim conotação sexista. Para tal, usa o exemplo da ativista política francesa Olympe de Gouges e do literata – também francês – Claude Favre de Vaugelas. Conforme explica, Gouges foi contrária à Declaração dos Direitos Universais do Homem e do Cidadão, contestando a noção, defendida por Vaugelas, de que o gênero masculino na gramática latina era superior em relação ao gênero feminino. Para Borba (2020), “Assim, a escolha do masculino nobre tem uma escolha não linguística, mas sim social.”. Ele também usa a fala da linguista Caldas-Coulthard para demonstrar como o meio acadêmico vem, ao longo dos anos, sustentando um discurso fechado de que a escolha do masculino genérico foi apenas “efeito do acaso”.

Pautadas na explicação de caráter “histórico”, como a de Jamilk (2020) antes mencionada, muitas pessoas, incluindo aí especialistas, argumentam que não há necessidade de um “gênero neutro” em língua portuguesa, já que o masculino, “-o”, está servindo a esse propósito. Por outro lado, o “gênero neutro”, como em “menin-x”, “menin-@” ou “menin-e” é idealizado como uma resposta a essas noções de normatividade gramatical presentes numa língua denominada de “padrão” ou “cultura”. Assim, estamos diante do uso de uma língua com propósitos

identitários, que buscam abranger os sujeitos segregados pela sociedade normativa, já que, a princípio, mesmo a gramática normativa dizendo que não há marcação de gênero em palavras como “menin-o”, não é bem assim que os sujeitos falantes da língua compreendem. Seguindo nesta linha de pensamento, podemos trazer a fala de escritora e pesquisadora Hailey Kaas, exposta durante o evento online FLIPOP 2020, na mesa-redonda “Uma linguagem para todes”. Para ela, é preciso pensar em alternativas para que a linguagem neutra se realize na língua oral, em um processo que está aberto. Outra necessidade, para ela, é que é preciso discutir gênero para além da academia, fazendo entender, do mesmo modo, que há usos linguísticos que se posicionam com caráter machista, ao generalizar todos os sujeitos ao masculino. É preciso, então, para Kass (2020), encarar a linguagem neutra como possibilidades.

Assim, pessoas trans não binárias têm se utilizado de rearranjos morfológicos com função de neutralizar o binarismo de gênero, como os anteriormente mencionados, para romper com o paradigma binário, machista, sexista e transfóbico dos usos língua. Neste sentido, “menin-e”, por exemplo, é um rearranjo linguístico-discursivo que serve a esse fim. Entretanto, para uma parcela mais conservadora da sociedade, esse rearranjo é visto como uma tentativa de dominação ideológica da chamada “esquerda comunista”. Essa parcela conservadora faz-se presente nos meios políticos, sociais e econômicos, utilizando-se da língua para impor noções preconceituosas de como os sujeitos devem falar e ser. São, na verdade, grupos de extrema direita, que embasam seus discursos e ações em doutrinas patriarcais e tirânicas, utilizando-se da ideia de defesa da língua para construir uma sociedade engessada e de moldes que abarcam apenas uma forma de ser e existir. O sujeito idealizado por tais grupos é binário, fechado em noções ideológicas advindas de um patriarcalismo religioso estrutural. Em outras palavras, para esse grupo, só podem existir os ditos machos e as fêmeas.

Porém, há outra parcela da sociedade que utiliza e apoia o uso do “gênero neutro” e o veem como uma forma de resistência e combate ao preconceito e conservadorismo que recaem sobre as minorias à margem da sociedade. Esse grupo é formado pelas minorias sociais LGBTQIA+, que lutam, há muito tempo, para tornar a sociedade um espaço mais inclusivo e seguro de se viver. Essas pessoas, por compreenderem que os sujeitos se constroem na língua, buscam utilizar a própria gramática como instrumento de resistência. Para tal, os movimentos que apoiam a inclusão do “gênero neutro” no uso da gramática buscam trazer a conscientização, principalmente para o âmbito da educação. Nesse sentido, conforme argumenta Borba (2020),

A linguagem neutra problematiza, questiona a naturalização e a legitimação da cisgeneridade, que é uma das ideias mais naturalizadas em nossa sociedade. O que interessa é estudar os discursos do que pode ou o que não pode na língua, ou seja, as ideologias linguísticas. (BORBA, 2020).

Nessa discussão, é ao pensar o gênero neutro e sua relação com o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa na educação básica que se instaurou uma polêmica, no Brasil, nesse final de 2020. Uma das discussões sobre “linguagem neutra” se deu após o Colégio Franco-Brasileiro, do Rio de Janeiro, resolver adotar

a neutralidade do gênero dentro das suas relações internas, o que acabou gerando uma gigantesca polêmica acerca do uso da língua, no meio acadêmico, social e jornalístico. Para dar embasamento à discussão, os meios jornalísticos se utilizaram da fala de especialistas em linguística com visões divergentes acerca do assunto.

Para discutir acerca da temática, a repórter Giuliana de Toledo, da revista *Época*, em 20 de novembro de 2020, trouxe Cristine Gorski Severo (UFSC) e Aldo Bizzocchi (USP), especialistas no estudo da língua, para ampliarem os horizontes acerca do tema da neutralidade de gênero. Na entrevista, disponível em <https://encurtador.com.br/biMgY>, fica claro como Severo e Bizzocchi divergem em suas visões sobre a linguagem neutra. Primeiramente, para Bizzocchi (2020), a ideia de que a língua é machista é um mito, e para defender seu argumento utiliza-se do exemplo do “masculino genérico”, como derivado do Latim, exemplificando que a língua portuguesa já possui a dita “neutralidade de gênero” em seu sistema gramatical. Em contrapartida, Severo (2020) vê essa desconstrução do conceito de masculino genérico como uma resposta dos movimentos que utilizam a língua para reafirmações de gênero e sexo. Para a pesquisadora, em suas próprias palavras, “O que vemos é a língua respondendo à dinâmica social, e esse é o movimento próprio da língua.” Ou seja, é um movimento que transcende as noções puramente lógicas da língua, adentrando nas relações entre língua e sociedade.

O colunista Reinaldo Polito, da página sobre economia do site UOL, também trouxe a fala do professor Sérgio Nogueira e da doutora Edna M. B. Perrotti para a discussão, em <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2020/11/24/o-que-voce-acha-dessa-historia-de-falar-amigues-bonites.htm>. Nogueira duvida que a ideia de “impor” o rearranjo identitário do gênero neutro funcione, já que, segundo ele, as mudanças na língua devem ser naturais e não artificiais. Segundo defende: “Não vem de fora para dentro, já que não se criam regras para que as pessoas falem corretamente. Nós é que criamos as regras a partir do bom uso” (Nogueira, 2020). Seguindo nessa linha de pensamento, Perrotti também concorda com Nogueira, ao colocar as mudanças da língua como sendo frutos de uma evolução natural. Para além disso, a pesquisadora argumenta que para que haja uma real neutralização do gênero dentro da gramática, deveríamos repensar o uso dos artigos e não das terminações. Ela dá o exemplo de “menin-e” e diz que para a neutralização ser efetiva o falante deve usar o artigo “e” ao invés de “o” ou “a”, ficando “e menino bonito”. Deste modo, tanto Nogueira (2020) quanto Perrotti (2020) acreditam que há um equívoco no movimento de “neutralização do gênero” e argumentam que seus adeptos confundem gênero sexual com gênero gramatical.

Outro veículo jornalístico que adentrou na discussão foi a revista radiofônica *Morning Show*, da Jovem Pan, programa televisivo onde seus comentaristas trouxeram opiniões acerca da questão. Apesar de Paulinha Carvalho, Edgard Piccoli e Vinicius Moura possuírem opiniões contrárias ao implemento do “gênero neutro” na gramática da língua portuguesa, mostraram entender o motivo pelo qual as comunidades utilizam esse rearranjo em seu vocabulário. Porém, o comentarista Adrilles Jorge se mostrou radicalmente contrário à noção de neutralidade do gênero. Esse jornalista argumenta que essa noção é puramente equivocada, insinuando que há um forte cunho ideológico por trás do movimento. Mais do que isso, ele argumenta que muito do analfabetismo presente no país é devido a um ensino “pseudo-progressista” de esquerda, munido da tal “ideologia

de gênero”. O comentarista, então, sustenta que esses movimentos estão criando uma geração de analfabetos funcionais com disfunção sexual.

Por mais incrível que pareça, esse posicionamento conservador – claro que não tão agressivo e desrespeitoso – é perceptível na fala de Evanildo Bechara, renomado gramático e filólogo brasileiro, em uma entrevista que ele concebeu à revista *Veja*, no ano de 2011, sobre outra polêmica sobre usos linguísticos, mas que pode sem qualquer receio ser mobilizada para a polêmica atual. Bechara (2011) acredita que seus colegas de estudo da língua estão equivocados ao pensar que a norma gramatical padrão é, de alguma maneira, segregadora. Segundo o gramático, essas acusações contra a gramática normativa, fundadas na sociolinguística, são uma “ortodoxia política que subverte a lógica em nome de uma doutrina”. Na visão de Bechara (2011), a língua/gramática padrão deve ser disseminada no meio escolar, já que, para ele, é o aprendizado da gramática normativa que vai fazer com que o sujeito possua “oportunidades” de ascender socialmente.

Esse pragmatismo acerca da língua, apesar de ser muito difundido no meio acadêmico, também é questionado por uma parcela da comunidade linguista. Bagno (2001), por exemplo, vai de encontro a Evanildo Bechara, no que diz respeito ao domínio da língua padrão ou mesmo da língua culta como um meio de ascensão social. Bagno (2001) diz que

(...) se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma culta. Só que a verdade está muito longe disso como bem sabemos nós, professores, a quem são pagos alguns dos salários mais obscenos de nossa sociedade. Por outro lado, um grande fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade sua língua de “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas “erradas” pela gramática tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar. (Bagno, 2001, p. 69).

Em um outro estudo, ainda versando sobre o preconceito linguístico, Bagno (2019) argumenta a favor de uma língua que não esteja presa aos moldes segregadores da norma culta. O sociolinguista discute como, para uma grande parcela da comunidade linguista – Evanildo Bechara e Pablo Jamilk se enquadram nessa parcela – os estudos da sociolinguística são um “vale tudo”, com uma conotação de “falta de seriedade”, já que, supostamente, não conseguem decidir o que é “certo” ou “errado”. Essa concepção é contra-argumentada por Bagno (2019), quando diz que “O lema da nossa bandeira é: Toda língua varia no espaço e muda com o tempo” (Bagno, 2019, p. 13). Através destas palavras, esse linguista assume um posicionamento corajoso e extremamente necessário, visto que uma grande parcela da sociedade tende a ficar do lado do conservadorismo linguístico/gramatical. O autor vem com a força de romper os moldes fascistas que usam a língua para reprimir, segregar e silenciar as minorias.

Percebemos, então, que há muito conservadorismo no debate sobre a língua e a gramática. Mesmo tendo muitos pesquisadores e muitas pesquisadoras apresentando visões mais compreensíveis acerca dos movimentos que buscam aderir a novas formas de pensar a norma culta, incluindo aí os usos do gênero neutro, a grande maioria ainda está muito apegada a regras e a normas que tangem o estudo da língua, filiando-se a uma abordagem mais “normativa”.

Deste cenário de discussão, a disciplina de Linguística Aplicada, no curso de Letras, na Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, ministrada pelo professor doutor Ismar Inácio dos Santos Filho, no Período Letivo Excepcional (PLE), em 2020, forneceu-nos alguns embasamentos teóricos que possibilitam-nos assumir um posicionamento menos dogmático frente a essa polêmica, que tomou conta do ambiente virtual nas últimas semanas no Brasil. Como proposta da disciplina, debatemos como a língua e a gramática podem ser mais inclusivas com as comunidades que sempre estiveram às margens da sociedade, especificamente às pessoas trans não binárias.

Agora, compreendemos que, se seguirmos à risca as regras da língua padrão, ou mesmo da língua culta, podemos dizer que a proposta do rearranjo do gênero neutro, como em “menin-e”, não cabe na língua – dentro desses pressupostos da gramática normativa – já que esta não admite mudanças em seu padrão. Como mencionado por muitos do(a)s especialistas entrevistado(a)s pelos veículos jornalísticos que adentraram na discussão, o “gênero neutro” existe na língua portuguesa a partir do momento em que essa é derivada do Latim e está no “masculino genérico”.

Por outro lado, entendemos que o gênero neutro não se dá como uma imposição. Ele é apenas mais uma forma de inclusão. Nesse sentido, a neutralização de gênero gramatical consiste em um conjunto de operações linguísticas voltadas ao enfrentamento do machismo e do sexismo no discurso, à dinâmica social, e esse é o movimento próprio da língua. Portanto, a neutralidade de gênero se manifesta no nosso cotidiano quando empregamos seu uso diariamente, principalmente nas redes sociais, meio de extrema importância na construção da comunicação entre os sujeitos de nosso tempo. Assim, com a frequência que é empregado, estamos trazendo o gênero neutro, nesse outro rearranjo morfológico, para o nosso Português.

Agora, que fomos situado(a)s sobre a polêmica envolvendo o gênero neutro, como também as diversas opiniões e facetas que abarcam o assunto, discutimos acerca da proposta de estudos linguísticos de Èmile Benveniste, a partir de Santos Filho (2012). Nosso objetivo, então, é compreendermos como as ideias desse linguista pode agregar ao debate sobre a neutralidade de gênero em língua portuguesa.

Èmile Benveniste e a “Antropologia da Linguagem”

Quem foi Èmile Benveniste? Adentrando em seus estudos, podemos compreender que esse linguista buscou ampliar a discussão saussuriana acerca do funcionamento da língua, e, através de seus estudos, buscou ampliar o modo como a língua era vista e pesquisada, principalmente a partir de determinados deslocamentos seus das noções estruturalistas de Ferdinand Saussure, o pai da Linguística Moderna. Ferdinand Saussure compreendia e estudava a língua como

um sistema autônomo, em si e por si só, como explica Santos Filho (2012, p. 19). Para esse linguista, a linguística de Ferdinand Saussure procura ver a língua “em sua ordem interna, excluindo, então, tudo que é da ordem externa ao sistema, como a fala e o sujeito, o social, a história etc.”. Benveniste, então, se opõe à noção de que a língua é um sistema que descarta o contexto e o sujeito. Para esse linguista francês, é essencial que a realidade seja compreendida na hora de entender como a língua está funcionando, já que sem realidade não haveria sujeito e, conseqüentemente, não haveria língua.

Tal como informada por Santos Filho (2012), a proposta de Èmile Benveniste é a de criar uma “Antropologia da linguagem”, na qual a língua passa a ser vista como muito mais do que apenas um instrumento de comunicação. Nessa abordagem, a língua passa a ser vista como uma forma de significar e construir contextos. Nesse sentido, para esse linguista, o sujeito é valorizado, com todas as suas vivências e subjetividades.

Èmile Benveniste propõe que é na língua que se constrói o “eu”, pois, para além de comunicar, a língua é uma prática social, na qual interessam as relações inter-humanas. Para ele, a língua significa, inova, protesta e evolui. Para ele, o sujeito enuncia, e enunciar é falar: é falar sobre si, é “manifestar-se”, “construir-se”, “exprimir-se”, “declarar-se”. Segundo argumenta, a linguagem existe para significar e os efeitos de sentido gerados no uso da língua constroem a realidade que nos cerca. É graças a esse conceito que Èmile Benveniste é conhecido como o “pai” da enunciação.

Sendo assim, através das reflexões de Benveniste, ampliamos os horizontes acerca do funcionamento da língua e passamos a entender que falantes utilizam a criatividade dentro da língua para repensar a forma como os sujeitos estão sendo aí construídos. Quando Santos Filho (2012, p. 27) explora a noção de Benveniste acerca dos pronomes pessoais em terceira pessoa, a exemplo de “ele”, “ela”, “eles” e “elas”, acabamos por compreender que essas são formas subjetivas da gramática, já que não remetem a outras pessoas e sim a um objeto fora da alocação. Deste modo, os pronomes pessoais são colocados “como ‘pontos de apoio’ que revelam a subjetividade na linguagem”. Assim, a partir do momento em que a “terceira pessoa” se refere a uma “não-pessoa”, o significado de tais pronomes estará à mercê do jogo de sentidos à medida que os sujeitos enunciam.

Para exemplificar, Santos Filho (2012, p. 22-23) traz um exemplo utilizando um trecho de fala da Turma da Mônica, no qual as personagens Mônica e Cebolinha dialogam sobre um jogo de xadrez. Neste diálogo, Mônica diz o seguinte “Eu sempre achei xadrez um jogo de pessoas inteligentes! E sei que você é muito inteligente, apesar de tudo”. Nesta enunciação, vemos como a personagem constrói a si mesma, constrói Cebolinha, constrói o mundo e também constrói o tempo-espaço. Ela situa um mundo de sentidos acerca da interação e convívio com Cebolinha. Isso é enunciar, tendo os pronomes como construtores dessa realidade.

Compreendendo a forma como Benveniste enxergava e teorizava a língua, podemos a partir de sua abordagem refletir sobre o gênero neutro em língua portuguesa, através da seguinte compreensão: a neutralidade do gênero não está vindo como uma forma de destruir a Língua Portuguesa, mas sim de incluir nessa língua os sujeitos que sempre foram deixados à margem, pois, segundo esse linguista, é através da língua que os seres humanos constroem o outro e, conseqüentemente, se constroem. A partir do momento em que as comunidades e minorias segregadas pelo sistema rearranjam a língua em prol da inclusão e

resistência, elas estão enunciando. Nesse sentido, o gênero neutro é um manifesto como uma forma de resistência às normatividades conservadoras que sempre estiveram impregnadas na língua, sob a perspectiva gramatical.

Por fim – e claro que essa discussão não se encerra aqui – percebo que devemos repensar a maneira como encaramos a língua e seu sistema gramatical, reforçando a importância de se discutir a inclusão dentro do fazer linguagem. Diferentemente do que se prega na abordagem gramatical normativa, a ideia de uso de gênero neutro, com o morfema “-e”, em “menin-e”, por exemplo, não é “assassinar a língua” ou “destruir a gramática” e sim compreender que a língua é um recurso por meio do qual os sujeitos se constroem. Como apontado por Santos Filho (2012), através dos estudos de Benveniste, os sujeitos enunciam e ao enunciarem estão expressando/construindo o ser, pela produção de sentido com os usos linguísticos.

Considerações finais

A ideia de uma linguagem neutra, de um gênero neutro, em língua portuguesa, tem gerado uma grande discussão, já que algo tão essencial quanto à língua faz parte do dia a dia de todas as pessoas. E é graças a isso que nós, que pesquisamos sobre língua, devemos nos atentar em relação ao posicionamento assumido nessa polêmica. Tal como aprendemos com Benveniste, os sujeitos usam a língua para construir a realidade e os contextos em que habitam, cabendo aos/às linguistas estudarem como essa construção se desenvolve, sem fazer juízo de valor. Nessa compreensão, entendemos que muitas das comunidades que usam o gênero neutro enxergam esse rearranjo gramatical como uma forma de protestar e transgredir o preconceito que as afeta há muito tempo, e elas estão corretas.

A língua, assim, mais do que um instrumento de comunicação, é um recurso de significação, pois, ao enunciarmos, estamos numa constante construção de sentidos, sejam eles para repercussão social, cultural, econômica ou política. A língua é, pois, uma “ferramenta” intrínseca às necessidades dos seres humanos. É através desta língua que entendemos e definimos a nossa realidade. Podemos, nessa finalização, dizer que, durante muito tempo, a língua foi instrumento de construção de mundos segregadores, mundos que apenas admitiam sujeitos que se construíssem na dita “normatividade”, linguística e social.

Referências

MORNING SHOW. “Queridos alunes”: colégio no RJ causa polêmica com circular sobre linguagem neutra. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xZm8WDU3Dck>. Acesso em: 18 dezembro 2020.

BOBRA, Rodrigo. Linguagem neutra, ansiedades cisgêneras e a pragmática da recusa. *Youtube*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BQ_PGwHFvLg&t=2938s. Acesso em: 21 dezembro 2020.

BAGNO, Marcos. **Objeto Língua**. São Paulo. Parábola, 2019.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: edições Loyola, 2001.

FLIPOP: Uma linguagem para todos. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERLrqGY-3jU> . Acesso em: 20 dezembro 2020.

GIMENES, Henrique. **Pais decidem se unir contra o “gênero neutro” em escolas**. Pleno.News, 2020. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/pais-decidem-se-unir-contra-o-genero-neutro-em-escolas.html?> . Acesso em: 5 novembro 2020.

POLITO, Reinaldo. **O que você acha dessa história de falar amigas bonites?** UOL, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/blogs-e-colunas/coluna/reinaldo-polito/2020/11/24/o-que-voce-acha-dessa-historia-de-falar-amigues-bonites.htm?>. Acesso em: 18 dezembro 2020.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio. Para além da Dicotomia, Conjunção e Deslocamento, Enunciações e Funções: Benveniste Jakobson. In. **Fundamentos da Linguística II**. Ismar Inácio dos Santos Filho. Maceió: UAB – Universidade Aberta do Brasil, 2012, p. 18-39.

TOLEDO, Giuliana de. **Linguistas discutem a neutralização do gênero gramatical**. ÉPOCA, 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/linguistas-discutem-neutralizacao-do-genero-gramatical-1-24757293#>. Acesso em: 6 novembro 2020.

VEJA. **Em defesa da gramática**. São Paulo: Editora Abril, 01 jun. 2011. p. 21-25.

VISCARDI, Jana. **3 perguntas sobre gênero em português**. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bJWaU3dL9GU&list=WL&index=18> . Acesso em: 19 dezembro 2020.

Delmiro Gouveia (AL), 13 de dezembro de 2020.

e-ISSN 2675-2816

CABURÉ

Saberes Acadêmicos
Interdisciplinares

V. 3, N. 1 (2024)

LINGUÍSTICA APLICADA: UM OLHAR NECESSÁRIO PARA O USO DO “GÊNERO NEUTRO” EM LÍNGUA PORTUGUESA

APPLIED LINGUISTICS: A NECESSARY LOOK AT THE USE OF “GENDER-
NEUTRAL LANGUAGE” IN PORTUGUESE

Maria Elizabete do Nascimento Barboza

Graduanda do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campus do Sertão, Delmiro
Gouveia (AL).

lzabete17@gmail.com

Resumo:

Este texto expõe variados argumentos voltados para a polêmica envolvendo os usos linguísticos inclusivos do “gênero neutro”, reivindicados por pessoas trans não binárias como uma maneira de reconhecimento da existência, respeito e representação através da língua. Busca entender como esses discursos são abordados pelos sujeitos e quais ideologias linguísticas são responsáveis por sustentá-los. Propõe, então, o reconhecimento de quais são os argumentos contra e a favor do uso do “gênero neutro”, tendo em vista a necessidade de perceber posicionamentos mais profundos do que aquele que está apenas posto na superfície do discurso. A observação das práticas reais dos argumentos para problematização da polêmica sobre “gênero neutro” é realizada através de exemplos de discursos orais e escritos, advindos das plataformas digitais: *Youtube* e *Instagram*. Ao longo da análise, foi possível perceber que há pontos semelhantes entre as discussões observadas e importantes para entender melhor o assunto. A reflexão sobre a polêmica que permeia o uso do “gênero neutro” está baseada na perspectiva dos estudos na área da Linguística Aplicada, especificamente pelo que o linguista aplicado Luiz Paulo da Moita Lopes entende ser essa área de estudo, que é por uma noção indisciplinar. Utilizo também contribuições de Marcos Bagno, com seu livro “Objeto língua”. Os estudos esclareceram crenças ideológicas presas no paradigma de identidade de gênero, imposta pela “sociedade” como a única possibilidade válida, a binariedade de gênero. Mas, vimos que *não é bem assim*, pois existem múltiplas outras possibilidades identitária em contínua (re)construção.

48

Palavras-chave: Polêmica. Gênero neutro. Linguística Aplicada.

Abstract:

This text presents various arguments aimed at the controversy surrounding the inclusive linguistic uses of “gender-neutral language” claimed by non-binary trans people as a way of recognizing existence, respect, and representation through language. It seeks to understand how these discourses are approached by subjects and which linguistic ideologies are responsible for sustaining them. It then proposes the recognition of which are the arguments for and against the use of “gender neutral language,” given the need to perceive deeper positions than what is simply stated in the discourse. The observation of the real practices of the arguments to problematize the controversy over “gender neutral” is carried out through examples of oral and written discourses, coming from the digital platforms: YouTube and Instagram. Throughout the analysis, it was possible to perceive that there are similar points between the discussions observed and important to better understand the subject. The reflection on the controversy surrounding the use of the “gender-neutral language” is based on the perspective of studies in the field of Applied Linguistics, specifically on what applied linguist Luiz Paulo da Moita Lopes understands to be this field of study, which is an interdisciplinary notion. I also use contributions from Marcos Bagno, with his book “Objeto língua” (Object Language). The studies clarified ideological beliefs trapped in the paradigm of gender identity, imposed by “society” as the only valid possibility, the gender binary. However, we have seen that this is not quite the case, as there are multiple other identity possibilities in continuous (re)construction.

Keywords: Controversy. Neutral gender. Applied Linguistics.

Introdução

É bastante comum vermos em publicações em redes sociais, em propagandas e em outros locais, gêneros discursivos com a utilização de palavras como “todes” “todxs” e “tod@s”, com rearranjos linguístico-morfológicos no paradigma gramatical de gênero, como uma maneira de não fazer uma marcação do masculino genérico ou marcação de gênero de modo binário, aquelas que representem apenas ou o masculino e ou o feminino, mas como uma possibilidade de “representar” pessoas que não se reconheçam em nenhum dos gêneros binários.

Em paralelo à situação acima descrita, existe também uma circulação constante de publicações com posicionamentos contrários, e outras a favor, sobre essa forma de marcação do gênero gramatical em imbricamento ao gênero social. Ou seja, grande parcela da população, independentemente da classe social que ocupa, da profissão que exerce e ou do grau de formação que possui, está se manifestando publicamente sobre tais usos linguísticos. Porém, é claro que muitos desses sujeitos acabam fazendo apenas uma consideração simplista sobre o assunto, o que leva outras tantas pessoas a terem uma visão deturpada e, por isso, em sua grande maioria, assumem o lado da recusa e da rejeição, com a argumentação de defesa da língua.

Nesse sentido, não é de hoje que existe uma forte discussão quando se trata do “gênero neutro” em língua portuguesa. Entretanto, atualmente essa polêmica vem ganhando tamanha força que se faz necessário compreender com bastante lucidez algumas questões que a norteiam. Para isso, precisamos nos atentar e refletir sobre essa questão e o quanto ela é crucial quando se fala em respeito à diversidade de gênero social.

Justamente para refletir sobre essa polêmica, no Período Eletivo Excepcional (PLE), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão, cursamos a disciplina regular-obrigatória denominada “Linguística Aplicada”, ministrada pelo professor doutor Ismar Inácio dos Santos Filho. Nesse período remoto, esse componente curricular teve como objetivos nos fazer i) compreender a Linguística Aplicada como uma área indisciplinar de estudos linguístico-discursivos, ii) conhecer conceitos pertinentes ao campo, assim como iii) discutir e problematizar a polêmica relacionada aos usos linguísticos “inclusivos”, especificamente sobre o “gênero neutro”, tomando como base estudos sobre noções de língua e como entender as noções linguísticas que norteiam a polêmica acerca do uso de “gênero neutro” em língua portuguesa, defendidos e/ou rejeitados por vários indivíduos.

Dentre alguns dos estudos, textos e discussões que nos ajudam a pensar e a compreender essa polêmica, temos o Bagno (2019), que discute sobre o “objeto Língua”, Moita Lopes (2013a; 2013b), em sua reflexão acerca do atual cenário geopolítico e sociolinguístico da língua portuguesa, Viscardi (2020), que discute acerca do gênero em português e a polêmica sobre o gênero neutro, e Santos Filho (2020), que fala a respeito da língua enquanto sistema, a partir do pensamento de Saussure, dentre outros estudos.

Da polêmica do “gênero neutro”

Que discursos sobre gênero neutro circulam socialmente? A partir dos estudos realizados na disciplina de “Linguística Aplicada”, foi possível perceber

uma gama de *memes* e comentários nas mídias sociais que levantam argumentos, muitas vezes até ofensivos e preconceituosos, sobre a utilização do gênero neutro, e, dessa maneira, é possível também estudar e refletir criticamente sobre o assunto. A seguir trazemos um exemplo desse tipo de *meme*, retirado de um perfil do *Instagram* denominado **@cvalexandrino**, que a propósito foi bloqueado poucos dias após a publicação desse conteúdo.

Figura 01 - *Meme* contra utilização do “gênero neutro”.



Fonte: Perfil do **cvalexandrino** (2020), disponível em:

<https://www.instagram.com/p/CHyXsMujx6V/?igshid=1prcqtllrc9wi>. Acesso em 21 de nov. 2020.

Essa publicação é de um perfil criado por indivíduos de uma área das ciências exatas, como é possível perceber no conteúdo textual do primeiro balão. No primeiro quadrinho, tem-se o que parece uma “representação” de um “cientista”, pois o “boneco” está vestindo um jaleco e utilizando luvas, e sua fala expõe que ele foi o criador de um professor de exatas perfeito e capaz de formar alun-**o**-s – com marcação do masculino genérico – para serem os melhores da área. Na continuação da leitura, ainda é possível ver esse cientista como uma representação do sistema que impõe, ou tenta impor e ditar, regras de como atuar profissionalmente.

No segundo quadrinho, a personagem “cientista” tenta acordar sua criação, chamando-o de “filh-**o**”, usando novamente a marcação do masculino genérico. Ou seja, o *meme* expressa que o desejo dele é que aquele se encaixe na binaridade de gênero, masculino e feminino. No entanto, quando seu “filh-**o**” acorda, no terceiro quadrinho, já faz reivindicações para ser chamado de “filh-**e**”, não se reconhecendo na binaridade que lhes foi imposta. Indo para o último quadrinho, a personagem fala: “Druga, esqueci de colocar o cérebro”. Logo, é possível associar essa fala à visão de uma sociedade preconceituosa, que

desvaloriza o diferente, aqueles sujeitos que não se encaixam nos padrões normativos do masculino e do feminino. Há, nessa última fala, ainda, o sentido de que os sujeitos que pensam e agem de maneira reflexiva sobre meio social, e imprimem lutas, por exemplo, seriam desprovidos de cérebro. E esse discurso também é abordado com palavras diferentes por vários outros indivíduos. Trazemos um outro exemplo mais à frente.

Toda essa polêmica reside no fato de existir, de algumas décadas para cá, uma necessidade de parte da população em utilizar recursos linguísticos como o “-@”, “-x” e ou “-e” para fazer uma marcação de gênero que inclua todos os indivíduos que não se reconhecem dentro do sistema binário de gênero social, especificamente as pessoas trans não binárias, tal como a personagem que no quadrinho reivindica para si o nome de “filh-e”, não “filh-o” ou “filh-a”. Isso se deve ao fato de que, para grande maioria das pessoas, existe marcação de gênero apenas para o masculino e o feminino. Mesmo tendo o conhecimento de que existe o “masculino genérico” em português, como uma (suposta) forma de neutralizar o gênero gramatical, as pessoas trans não binárias têm a necessidade de fazer essa marcação do “gênero neutro”, como uma abordagem comunicativa inclusiva.

E para abordar sobre o assunto, nada mais justo e apropriado que citemos aqui falas do próprio público que diariamente luta por respeito e inclusão no meio social e também através da linguagem. Obtivemos essas falas na mesa redonda intitulada “Uma linguagem para todes”, que ocorreu na 4ª edição do Festival de Literatura POP (FLIPOP), organizado pela Editora Seguinte e transmitida ao vivo em 9 de julho de 2020 através da plataforma digital *YouTube*. Pri Bertucci, participante que se reconhece nos pronomes *ile/dile* ou *ele/dele*, idealizador da marcha do orgulho trans em São Paulo, fala que ao pensar na inclusão da linguagem neutra e inclusiva temos dois segmentos, a possibilidade de ao mesmo tempo que se visa *i)* incluir as pessoas não binárias podermos *ii)* parar de generalizar no masculino em língua portuguesa. Para ela, esse gesto linguístico está para o pensar uma língua não binária, em que seja possível entender, reconhecer e respeitar as identidades das pessoas através da língua.

Ele fala que uma das dificuldades enfrentadas pelo uso da linguagem neutra ocorre no campo jornalístico, que possui manuais e regras a serem seguidas e que, assim, a linguagem neutra “quebra” essas regras. Todavia, para Bertucci (2020), jornalistas precisam compreender muito bem sobre o assunto para que dessa forma possam provocar essa questão, pois é possível transformar os manuais de redação para que sejam mais acessíveis a partir de agora. Pri Bertucci acredita que dessa maneira seria possível alcançar, provocar e despertar a população para esse assunto.

Mais adiante em sua fala Pri Bertucci diz que para além do uso do “-e” podemos mudar nossa maneira de nos posicionar, e, em vez de utilizar “ator/atriz”, utilizar “pessoa atuante”, em vez de “diretor/diretora” dizer “pessoa responsável pela direção”. Assim, muda-se apenas o jeito de falar, sem necessariamente se utilizar do “-e”, já que parece ser bem difícil para as pessoas utilizarem esse morfema gramatical insurgente.

Na mesma discussão, temos Hailey Kass, pessoa que se reconhece no pronome *ela*. É tradutora e escritora trans-feminista. Foi uma das responsáveis pela introdução do transfeminismo no Brasil. Comenta que para além da linguagem neutra, há a possibilidade e necessidade de pensar outras discussões que surgem com essa questão, como o fato de que há muito tempo só se generaliza

em masculino em língua portuguesa, na maioria das vezes, e a possibilidade de repensar o que seria um erro de português, dentre outras possíveis discussões.

Já Koda Gabriel, uma pessoa não binária, bissexual, mineira, escritor e autor do conto “Ela videogames e muito sobre nós”, se reconhece com o pronome ele. Koda problematiza que na área de literatura falta mais representação-participação de pessoas trans escrevendo do ponto de vista de seu campo de pertencimento e sobre ele. Para ele, não é que não haja pessoas trans produzindo no campo da literatura, há sim, porém não com tanta abrangência e número quanto as outras categorias. Mais à frente, ele sugere que uma possibilidade de incluir e reconhecer o público trans não binário nas escolas, academias ou outros ambientes, seria a inclusão da opção de acrescentar nos questionários o nome social da pessoa, que, dessa forma, se sentiria acolhida.

No entanto, noutro sentido, outras pessoas defendem que já existe o gênero neutro em português, a exemplo de Jamilk (2020), professor de língua portuguesa, doutor em Letras e *youtuber*, que afirma que a língua portuguesa já possui o neutro como em “tod-**o**-s”, por exemplo, e que, por isso, não há a necessidade de se utilizar a palavra “tod-**e**-s”, com a marcação do “-e” como um morfema gramatical de gênero neutro, ou em “filh-**e**”, como no quadrinho. Em argumentações, como a de Jamilk (2020), faz-se a defesa da inexistência da marcação de gênero masculino no português, pois somente o gênero feminino seria marcado e que apenas a desinência no feminino, com “-a”, seria o gênero marcado no português. Por este viés, tomam como argumento uma suposta mudança da língua portuguesa que se originou do Latim, e que no Latim existiam três maneiras de marcar o gênero gramatical, quais sejam, o masculino, feminino e o neutro, mas que com o passar do tempo o português associou o neutro ao masculino por uma questão de semelhança gramatical. Logo, o uso de “-o” não seria marcação de masculino, mas sim de gênero neutro.

A argumentação de que pessoas não podem criar regras para formalizar usos linguísticos do cotidiano, a exemplo do uso do “gênero neutro”, foi também utilizada por Jamilk (2020), ao afirmar que demora muito para ocorrer uma mudança na língua e que para isso acontecer gramáticos precisam estudar as regras já existentes para determinada situação gramatical e, a partir delas, deduzir uma nova regra.

Outra afirmação bastante recorrente em Jamilk (2020) é explicitamente a que as pessoas que defendem o uso do gênero neutro não estudaram sobre “gênero gramatical” e não conseguem entender como ele funciona. Seriam “sem cérebro”, como pressuposto no quadrinho pelo cientista? Ele diz que por mais que as pessoas queiram pensar que a língua funciona nesse exclusivamente binário, excluindo outras categorias de “gênero social”, ela não funciona assim, pensando aqui na ideia de que já existe marcação do “gênero neutro” em português. Após ter dado exemplos da variedade de substantivos e como o gênero gramatical se comporta de maneira diferente em cada um, chama a atenção do/a ouvinte-interlocutor/a com algumas frases e sintagmas do tipo “não faz sentido você pensar nisso (gênero neutro)” “Pensa!” “Raciocina comigo”, como se aquele não estivesse “pensando, raciocinando”, ou que seu pensamento e posicionamento sobre o assunto não fossem válidos.

Citando o exemplo de “amigu-**e**”, afirma que se uma pessoa acha que o “-e” é neutro e não representa masculino nem feminino, em oposição ao “-o” e ao “-a”, que socialmente são entendidos como marcação de masculino e feminino,

respectivamente, “elas não têm culpa de pensar assim, isso é falta de conhecimento linguístico”. Mais à frente em sua fala, Jamilk (2020) sustenta: “se você tivesse estudado isso no ensino médio, fundamental, se tivesse prestado atenção na explicação do professor, você já saberia disso”. No entanto, nessa questão não se trata de falta de conhecimento por parte das pessoas. Na verdade, as pessoas mesmo tendo conhecimento sobre o assunto percebem que as novas configurações sociais estão mais plurais e que os usos linguísticos existentes na norma padrão da língua já não são suficientes para representar todos os indivíduos.

Jamilk (2020) ainda questiona se o “-e” em “amigu-e” indica uma forma neutra no substantivo, questionando-se de o porquê também não indicaria neutralidade no pronome (Ele/Ela). Para Jamilk (2020), a proposta de substituir o “-e” pelo “-u” para marcar a neutralidade no pronome de “el-e” para “il-u”, por exemplo, não faz sentido e argumenta que “então o urubu tá lascado”, por ser uma palavra terminada em “u”. Diante do exposto, percebemos que assuntos diferentes, foram abordados como se tratassem de um mesmo aspecto, o que pode confundir as pessoas que tentam entender e argumentar sobre o uso da linguagem neutra, de modo geral, ou sobre o uso do gênero neutro, em particular.

Além dos argumentos contrários ao uso do gênero neutro, de Jamilk (2020), apresentamos alguns que foram abordados durante uma entrevista do *Morning Show*, programa da emissora *Jovem Pan*, exibido de segunda à sexta, às 10 horas da manhã. A referida entrevista ocorreu no programa do dia 12 de novembro de 2020. O assunto abordado foi a polêmica sobre o colégio Liceu no Rio de Janeiro, que publicou comunicado em que diz optar por utilizar o “gênero neutro” em alguns contextos dentro da escola. Paulinha, uma das comentaristas-jornalistas, fala que é bom as pessoas decidirem logo sobre essa questão, pois a língua portuguesa já é difícil e que as pessoas já erram bastante as normas atuais e que se resolverem mudar tudo isso seria complicado para se adaptar. Afirma ainda que a “linguagem neutra” pode até acontecer em contextos informais, mas que colocar “isso” na escola pode ficar um pouco confuso. Entende que a língua formal não deixaria de existir, pois cada uso seria utilizado em contextos adequados. Em sua argumentação, é possível inferirmos que talvez esteja um tanto confusa e com dificuldade para definir seu posicionamento a respeito da linguagem neutra. Seria essa posição a da grande maioria da população brasileira?

Adriles, um outro jornalista, quando questionado se a linguagem neutra é um atentado à língua portuguesa, concorda e diz que é “falta de senso do ridículo” e que seu uso é algo “ignorante”. Traz, assim, o mesmo argumento gramatical normativo de Jamilk (2020), quando afirma que o “-o” marca o “neutro” e que esse neutro deriva do Latim, que tinha a terminação em “-u”, que no português se transformou no “-o”. Para esse jornalista, “não existe essa coisa de machismo na linguagem; é estúpido, é infantil, é idiota”, deixando explícita a agressividade e o desprezo com que encara o uso da linguagem neutra. Falando do caso da escola Liceu, no Rio de Janeiro, diz que esse tipo de situação tem que ser barrada e denunciada e afirma que os pais precisam ficar atentos e retirar seus filhos de escolas com esse posicionamento, porque a escola está ensinando errado.

Já Joel, fala que a intenção por trás do uso de uma linguagem inclusiva é positiva, a de querer acabar com o preconceito que existe na sociedade contra o público LGBTQIA+, mas que existem vários tipos de preconceito no Brasil, defendendo, assim, que o preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ não é único.

Nessa linha de raciocínio, afirma que é preciso combater o preconceito, mas com as ferramentas corretas e não através de uma linguagem neutra inclusiva.

Então, tomando como base esse viés, que é o de um pensamento normativo sobre a língua, alguns sujeitos acreditam que não há necessidade de utilizar/defender o uso do “gênero neutro”, porque esse já existiria em língua portuguesa. Sendo assim, não haveria sentido utilizar a marcação “tod-e-s”, como um termo genérico, porque ele já existe na forma “tod-o-s”, considerado o “masculino genérico”, que na teoria é utilizado para se referir tanto para o gênero masculino quanto para o feminino. Sendo assim, como bem explica Viscardi (2020b), mesmo em locais com a maioria de público sendo mulher, se houver a presença de apenas um homem, o recomendado pela gramática normativa é que se utilize o masculino, pois ele é considerado o termo genérico para se referir ao público.

Viscardi (2020b) esclarece que o gênero gramatical existe em todas as palavras do português, e que, no entanto, a maneira como o gênero se comporta pode ser diferente para seres animados e/ou seres inanimados. Para essa linguista, palavras que denotem carga pessoal podem ter uma motivação social para designação do gênero, tal como em “menin-o”/“menin-a”, havendo, assim, uma relação deste referente com no mundo. Explica ainda que o mesmo pode ocorrer com aquelas palavras que apresentem essa oposição do exemplo e possuam motivação com mundo e que o uso do gênero neutro não cabe em todas as palavras, a exemplo das palavras que se referem a seres inanimados, tal como “cabel-o”, por exemplo, que, mesmo sendo uma palavra masculina, não implica que haja uma motivação da existência de “cabel-o” com o mundo. É importante observar que, nesse caso, o “-o” não é marcador de gênero.

Pela abordagem da gramática normativa, com o uso do masculino genérico, todas as pessoas, homens, mulheres, pessoas trans, entre outros, deveriam se sentir contempladas e representadas com essa linguagem. No entanto, segundo Viscardi (2020a), há algumas décadas isso vem sendo questionado, inclusive em pesquisas, já que o uso do masculino genérico acaba levando as pessoas a pensarem mais o masculino do que o feminino, fazendo parte desse masculino genérico. Nessa discussão, comentando o argumento contrário à linguagem neutra, qual seja, o de que “a violência contra a comunidade LGBTQIA+ não vai acabar com o uso do gênero neutro”, bastante utilizado por indivíduos contrários aos usos linguísticos inclusivos, Viscardi (2020a) esclarece que quando as pessoas reivindicam pelo uso do gênero neutro não estão afirmando que seu uso acabará com a violência contra a comunidade LGBTQIA+. Para essa linguista, essa reivindicação dentro da linguagem é mais uma das formas de busca por espaço e de visibilidade, como acontece em outros contextos. Afirma ainda que a língua é um lugar de disputas, de busca de reafirmação de identidade, mas não o único lugar onde essa discussão é travada.

Percebemos aqui uma certa dicotomia, pois reconhecem que a língua muda, tal como ocorreu essa mudança do Latim para o Português. Entretanto, não reconhecem que talvez já estejamos vivendo uma nova mudança na língua, e que ela se faz emergente diante das necessidades de representar e respeitar a todes, todas e todos por igual, cada um com suas diferenças. Diante das grandes mudanças e conflitos dos mais variados, como o que estamos vivendo no meio social, são necessários estudos e pesquisas que possibilitem compreendermos o mundo em que vivemos. A Linguística Aplicada, como campo de saber nos estudos

em linguagem, muito contribui com relevantes estudos envolvendo outras áreas do conhecimento, que nos ajudam a compreender as novas configurações e necessidades sociais, e, dessa forma, analisar e compreender os usos linguísticos em questão, conforme já pontuamos anteriormente. Na sequência, abordamos a LA e sua noção de língua e as contribuições para compreendermos os usos da linguagem neutra, do gênero neutro.

Linguística Aplicada e uma noção de língua insurgente

A Linguística Aplicada, como o próprio nome já sugere, estuda a linguagem dentro de um contexto específico. Assim, essa área de saber não está preocupada em fazer generalizações, mas sim delimitar um contexto específico no qual se possa estudar e verificar como a linguagem está funcionando naquele espaço-tempo, bem como, a partir de estudos de outras áreas fora da LA, compreender as novas configurações sociais e como tais aspectos estão imbricados à língua(gem). Nesse sentido, os estudos do linguista aplicado Luiz Paulo da Moita Lopes, professor na UFRJ, nos ajudam a entender essa questão. Moita Lopes (2013a) nos traz o conceito de “Linguística Aplicada Indisciplinar”, que é para ele uma linguística que não se prende a uma disciplina, não tendo caráter disciplinar, por isso “indisciplinar”, configurando-se, portanto, como uma área “mestiça”, que continua se transformando, atravessando fronteiras disciplinares e não ficando presa aos cânones. Moita Lopes (2013a) afirma que a inovação é algo crucial na pesquisa, e que, por isso, precisamos andar nessa direção, pois este é o lugar de uma Linguística Aplicada Indisciplinar.

No início de sua palestra, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8&t=358s>, Moita Lopes (2013a) comenta sobre as críticas vindas de várias pessoas, direcionadas a seu livro intitulado “**Por uma linguística aplicada indisciplinar**”, pois, segundo ele, muitos afirmam que o que ele faz/aborda no livro é sociologia, ou, como outros dizem, é linguística e outros ainda falam que é sociolinguística. Ele responde a esses comentários e argumenta que seu livro não tem o propósito de afirmar que existe uma única maneira de se fazer Linguística Aplicada, pois existem várias maneiras e que, nessa variedade, cabe buscar contribuições em outras áreas, como na sociologia, por exemplo. Desse modo, Moita Lopes (2013a) reconhece a importância dos estudos em Linguística Aplicada não se limitarem somente a uma abordagem dentro da Linguística, como o elemento teórico de estudo da linguagem no mundo atual, visto que a compreensão necessita vir de outras áreas do conhecimento, que possam fornecer visões sobre as novas configurações sociais, diversidade identitária, entre outros tantos discursos emergentes.

Ao longo de sua palestra, Moita Lopes (2013a) traz alguns exemplos de estudos, realizados por ele dentro da Linguística Aplicada, que demonstram, pelos títulos a necessidade de buscar compreensões sobre algumas questões em outras áreas: “Como ser homem heterossexual e branco na escola: posicionamentos interacionais múltiplos?”, “A performance narrativa do jogador Ronaldo como fenômeno sexual no jornal carioca: multimodalidade, posicionamento e iconicidade” e “Falta homem até para homem: a construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático”. Diante destes exemplos, Moita Lopes (2013a) afirma que estamos no domínio dos tópicos inimagináveis e indisciplinados. Isso significa dizer que estudos como estes são inesperados pela grande maioria da

população e podem causar estranhamento. Porém, podem provocar uma maneira que leve as pessoas a pensarem em coisas antes impensáveis.

Mais à frente, ao citar Boaventura de Sousa Santos, Moita Lopes (2013a) aborda sobre a importância da teorização na prática, pois ao se prestigiar discursos emergentes é possível trazer para investigação tópicos diversos, tais como as novas formas de existir sexualmente, as novas organizações familiares e outras compreensões raciais diferentes, dentre outros discursos emergentes possíveis. Nesse sentido, a vida teoriza-se a si mesma, por não existir teorização anterior para lidar com esses discursos. Sendo assim, a Linguística Aplicada lida com um modo de produção de conhecimento baseado nas margens.

Para Moita Lopes (2013a), pensar em hibridizade interessa politicamente para pôr um fim ao ideal fundamentalista e essencialista da pureza que acompanha a sociedade até hoje, pois, para ele, essa visão fundamentalista e essencialista é responsável por muitos dos sofrimentos e problemas vividos e que ainda vivemos, como também de epistemologias que não respondem ao modo como o mundo está sendo organizado. Ele enfatiza a palavra “essencialista”, porque, segundo argumenta, implica no pavor das impurezas em todos os níveis, da epistemologia à vida social. Está falando, então, de uma visão de linguagem modernista, que, segundo Moita Lopes (2013a), está por trás de concepções sobre sociedade, política, natureza e ciência, todas elas relacionadas ao ideal fundamentalista e essencialista. Ou seja, trata-se de concepções que estão entrelaçadas a regras conservadoras e de pureza para os vários campos citados acima, que são uma base forte para sustentar tais princípios na língua.

Para esse linguista aplicado, essas concepções funcionaram e funcionam para manter as desigualdades de classe, social, de raça, de gênero e outras em seus devidos lugares, por meio do ideal de língua pura, neutra, transparente e representacional. Segundo Moita Lopes (2013b), os estudos linguísticos modernistas possuem um ideal de produzir uma língua pura, a qual poderia ser utilizada por um estado-nação. Pensando nesse aspecto, é válido trazer Bagno (2019), quando diz no Prefácio do seu livro “Objeto língua” que ao assumir uma teoria sobre a língua assumimos também um discurso sobre ela, e tal discurso está carregado de crenças e ideologias do teorizador.

Para ampliar essa discussão, retomando algo dito anteriormente quanto aos discursos emergentes e a importância de teorizá-los, podemos pensar que abordando esses discursos estaríamos também teorizando o sujeito social através das práticas linguísticas em circulação nas diversas modalidades, tendo em vista que as construções identitárias de gênero estão cada vez mais heterogêneas. Moita Lopes (2013b) chama atenção para a necessidade de investigar as ideologias linguísticas presentes nos discursos em que performances identitárias estão em contínua ação em um mundo construído por um intenso fluxo de textos, pessoas língua e outros, refletindo assim acerca das barreiras enfrentadas para conseguirmos visibilidade e respeito. Mas, estudar sobre esse assunto não significa que outros conceitos serão postos como elementos sólidos e imutáveis. O que se propõe é que à medida que as mudanças ocorram possamos perceber e ao mesmo tempo moldarmos o que já está construído para abarcar, dar lugar e voz às novas possibilidades que surgirem.

Já no texto intitulado, “Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural”, do seu livro “Português no século XXI: cenário geopolítico e

sociolinguístico”, Moita Lopes (2013b) nos traz a metáfora do rizoma para explicar o funcionamento da língua, na qual podemos pensar as línguas como uma trama instável, que ganha vida a partir do momento que as pessoas são levadas em consideração, subjetiva e historicamente, em suas múltiplas práticas sociais. Mais à frente, Moita Lopes (2013b) afirma que vai teorizar o português de modo a contemplar as novas gerações de falantes, escritores etc.

Moita Lopes (2013b) traz para contribuir com sua teorização vários autores de outras áreas, sendo um deles o sociólogo Zygmunt Bauman (1992), que aborda o pensamento de que as sociedades estão cada vez mais fluidas e contingentes e que nossas ações no mundo levam a entender como moldamos a sociedade. Discute o conceito de “estado-nação”, que é visto como “comunidade imaginada”, por Anderson (1983). Moita Lopes (2013b), a partir desse conceito, pensa também no conceito de “subcomunidades”, que são igualmente levadas a padronizações e essencializações em categorias de determinada maneira generalizável: os homens, as mulheres, os homossexuais. Para ele, esse tipo de posicionamento ainda opera a partir de um ideal de língua pura, para uma “comunidade imaginada” de estado-nação, sendo assim inadequado para dar conta do gênero e da sexualidade tal como vêm se configurando na sociedade. Para Moita Lopes (2013a), o ideal fundamentalista e assistencialista da língua, falado anteriormente, é utilizado como base para sustentar discursos de ódio e, assim, também como recusa a uma “linguagem neutra”. Por ele, é preciso quebrar com esse ideal de uma língua pura e homogênea, e se posicionar nas margens escapando do tradicional. Pensando no que já foi discutido até aqui, entendemos com Bagno (2019) que estamos diante de “guerras ideológicas”, disfarçadas de disputas teóricas, pois, segundo ele, ao assumir uma teoria, os sujeitos a sustentam em crenças, ideologias e modos de ver o mundo.

Para demonstrar melhor as discussões colocadas até aqui, a partir dos estudos de Moita Lopes (2013a; 2013b) e Bagno (2019), utilizamos como exemplo o *meme* da página do *Instagram* do **@cvalexandrino**, quando a personagem reivindica ser chamada de “filh-e” e seu criador prontamente rejeita esse pedido, sob o argumento de ter esquecido de colocar um “cérebro” na sua criação. Percebemos, então, que implicitamente a argumentação é a defesa de um ideal de língua pura, como também de uma purificação identitária. Mas, é impossível dissociar a língua dos sujeitos, de sua(s) identidade(s).

Nesse aspecto, e refletindo um pouco sobre o argumento utilizado por Jamilk (2020), que aborda o uso gênero neutro como algo errado, perante às normas, por estar filiado à gramática normativa, esse também se encaixa na perspectiva um discurso de recusa de uma linguagem inclusiva e defesa do ideal de pureza linguística e identitária. Logo, é cabível fazer dialogar esse posicionamento com o de Bagno (2019), a respeito do erro em português. Ele explica que a sociolinguística trabalha com conceitos como os de “variação” e “mudança”, porque reconhece que as línguas variam dentro do espaço geográfico e social, e que as línguas mudam com o passar do tempo. Ou seja, as pessoas falam de modos diferentes em cada região e em cada classe social. Explica ainda que, quando se propõe a uma “reforma” da norma-padrão tradicional, é porque aquela forma inovadora, “ou erro de português”, já alcançou a fala e escrita das camadas urbanas letradas e está enraizada na coletividade.

Dessa maneira, é sim possível que “formas inovadoras” ou “rearranjos morfológicos” possam ser incorporados pela norma culta. Diante disso, podemos

afirmar que os usos linguísticos inclusivos do “gênero neutro” podem ser considerados formas inovadoras, e dessa maneira poderiam ser incluídos também na norma culta, ao contrário do que Jamilk (2020) argumenta.

Bagno (2019) problematiza ainda como essas formas inovadoras não chegam à norma culta, quando afirma que alguns usos linguísticos provenientes das camadas mais baixas jamais ultrapassam a barreira das classes e não “sobem na vida”, ou sejam não são incorporadas pela norma culta. Ele cita exemplos do tipo “grobo”, “pranta”, “trabaiá”, “muié” ou “nós fala”, “você fala”, “eles fala”. No entanto, segundo Bagno (2019), isso também pode mudar com o tempo, exemplificando o uso “pra mim fazer”, que cada vez mais aparece na fala das camadas altamente letradas. Para ampliar a discussão, Bagno (2019) traz a dúvida de uma leitora, que o questiona sobre se esse projeto de apenas incorporar no padrão o que já é aceito pelas camadas letradas não seria também uma forma de elitismo, ao desconsiderar usos das outras camadas sociais. Para responder a esse questionamento, Bagno (2019) busca a explicação trazida em 2011 pelo linguista Carlos Alberto Faraco, concordando com ele que ao defendermos uma norma culta que inclua só usos linguísticos já aceitos e enraizados nas camadas urbanas letradas, estamos aceitando a “hierarquização das normas”. Exemplifica da seguinte maneira: dizer “deixa eu entrar” não é problema por ser “norma culta” empregada pela gente “cultura”, enquanto “as pessoa só qué trabaiá em paz” não deve ser aceito por sofrer rejeição. Diante desse pensamento, Bagno (2019) questiona quem é essa sociedade que rejeita usos do tipo “as pessoa só qué trabaiá em paz”. Afirma que essa rejeição vem de uma mínima parcela da sociedade que ocupa as camadas mais altas da elite socioeconômica e que tem acesso a uma boa escolarização.

Bagno (2019) também reconhece que essas reformas e inclusões de usos linguísticos inovadores na norma culta não resultou em nenhuma ruptura com a ordem social. Se posiciona de uma maneira diferente e problematiza que é visível a luta e conquistas obtidas com muito esforço por vários grupos de pessoas, “pelos mulheres, pelas pessoas negras, pelas pessoas que vivem nas periferias pobres e violentas das cidades, pelas pessoas que se opõem à heteronormatividade sexual São essas pessoas que representam a maioria da população existente no Brasil”. A visibilidade desses grupos é alcançada através da maneira que se expressam, com seus modos próprios de falar, que são o elemento mais importante para afirmação de suas múltiplas identidades, que estão em contínua construção.

Nesse aspecto, entendemos que praticar os usos linguísticos inclusivos quanto ao gênero neutro se configura como uma maneira de dar visibilidade social e voz para as pessoas que foram silenciadas, tornando-se invisíveis, e que ainda são. Bagno (2019) reforça isso ao dizer: “Se recusar a ‘adequar’ sua linguagem ao que uma restrita parcela da sociedade exige e espera é mais uma frente de batalha na guerra pela liberdade de existir, pela ocupação dos lugares sociais que são delas e deles de direito e que sempre lhes têm sido negados”. Diante do que foi exposto, acreditamos que mais do que nunca precisamos reafirmar nosso lugar, nossa existência no meio social através da língua. E enquanto aos usos inclusivos do “gênero neutro” não são incluídos na “norma-culta”, é preciso continuar resistindo e tomando posse desse modo de falar, que representa toda uma pluralidade, para lutar por espaço e direitos e reafirmar existências de pessoas.

Considerações

Para fechar essa discussão, que é ampla, é importante ressaltar que a reivindicação pela utilização do gênero neutro não significa que as outras formas de marcar o gênero desapareçam. Diferentemente, o feminino e masculino continuarão coexistindo com o gênero neutro. Dessa forma, será possível representar com maior abrangência a diversidade de gêneros que existem na sociedade, porque somente a categoria binária não é suficiente para suprir a necessidade existente em nossa sociedade tão diversa.

Logo, ressaltamos que para além da utilização do “gênero neutro” é necessária uma iniciativa de mudança de postura e pensamento, por parte de quem deseja utilizar outros marcadores, que não apenas o masculino genérico ou na perspectiva binária, ao se referir ou dialogar com uma pessoa trans não binária. Assim, é necessário um esforço para compreender o porquê de usar o “gênero neutro” e, à medida que fizer uso dele, lembrar que é um ato de respeito para com outra pessoa, uma maneira de reconhecer que essa pessoa existe no mundo e está sendo ouvida por você.

Lembramos também que a língua portuguesa fornece múltiplas maneira de se dizer a mesma coisa, com termos diferentes, nesse caso com abordagem e ponto de vista também diferentes. Se você não se sente confortável ainda para fazer uso do “gênero neutro”, não tem problemas em utilizar outras maneiras de não generalizar e assim respeitar o outro da mesma forma. Mas, é muito importante exercitar diariamente, refletindo sobre essas outras e várias possibilidades de identidades de gênero, e da importância de reconhecer e respeitar e como respeitar. Chegará um dia que perceberá o quanto o “gênero neutro” pode ajudar nesse processo, de quebrar com os paradigmas de gênero que a “sociedade” nos impõe. Usemos todes o gênero neutro.

Referências

BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019;

CVALEXANDRINO. **Concordam?**. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHyXsMujx6V/?igshid=1prcqttrlc9wi>. Acesso em: 21 nov. 2020;

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **II Ciclo de Diálogos em Linguística Aplicada - Instituto de Estudos da Linguagem - IEL - UNICAMP**, 2013^a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8>. Acesso em: 10 novembro 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013b.

SEGUINTE, Editora: **Uma linguagem para todes**. 2020. (1h01m50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERLrqGY-3jU>. Acesso em: 28 dezembro 2020;

SHOW, Morning. Querides alunes: colégio no RJ causa polêmica com circular sobre linguagem neutra. 2020. (20m20s). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=xZm8WDU3DCk>. Acesso em: 23 dezembro 2020;

VISCADI, Jana: **3 perguntas sobre gênero em português**. 2020a. (13m42s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bJWaU3dL9GU&t=185s>. Acesso em: 30 dezembro 2020;

VISCARDI, Jana. **8 polêmicas sobre gênero neutro na língua**. 2020b. (20m24s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TMNBbsV8LKc&t=41s>. Acesso em: 23 dezembro 2020;

Delmiro Gouveia (AL), 30 de dezembro de 2020.

e-ISSN 2675-2816

CABURÉ

Saberes Acadêmicos
Interdisciplinares

V. 3, N. 1 (2024)

ATIVIDADES EM LINGUÍSTICA APLICADA: REFLEXÕES SOBRE “GÊNERO NEUTRO”

ACTIVITIES IN APPLIED LINGUISTICS: REFLECTIONS ON “GENDER-
NEUTRAL LANGUAGE”

Maria Alice Ribeiro Sousa

maria.ribeiro@delmiro.ufal.br

Elivelton Soares Maciel

elivelton.maciел@delmiro.ufal.br

Graduanda e graduando no curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão,
Delmiro Gouveia (AL).

Resumo:

O artigo aborda a polêmica do gênero neutro em Língua Portuguesa, sob a ótica da Linguística Aplicada, problematizando a epistemologia de Ferdinand de Saussure, a partir da análise de uma publicação em rede social da professora Katia Ferreira, que se posiciona contrária à linguagem inclusiva. Discutimos, então, a flexibilidade da língua e suas mudanças ao longo do tempo. Com base em estudos de Lagares (2021), Santos Filho (2017; 2021) e Viscardi (2019), argumentamos que a língua não é um sistema fixo e imutável, mas sim um fenômeno social em constante transformação. A reflexão demonstra que a adoção de marcadores neutros não representa uma ameaça à língua portuguesa, mas sim uma ampliação das possibilidades linguísticas para tornar a comunicação mais inclusiva e respeitosa.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Gênero neutro. Atividade em Linguística Aplicada.

Abstract:

This article addresses the controversy surrounding the gender-neutral language in Portuguese from the perspective of Applied Linguistics, problematizing Ferdinand de Saussure's epistemology, based on the analysis of a social media post by Professor Katia Ferreira, who takes a stand against inclusive language. We then discuss the flexibility of language and its changes over time. Based on studies by Lagares (2021), Santos Filho (2017, 2021) and Viscardi (2019), we argue that language is not a fixed and immutable system, but rather a social phenomenon in constant transformation. The reflection demonstrates that the adoption of gender-neutral language markers does not represent a threat to the Portuguese language, but rather an expansion of linguistic possibilities to make communication more inclusive and respectful.

Keywords: Portuguese Language. Neutral gender. Activity in Applied Linguistics.

Introdução

No dia 18 de maio de 2022, o professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, docente do curso de Letras- Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Alagoas (Campus do Sertão), solicitou, via grupo de estudos no *Facebook*, uma atividade de três etapas para a turma do sexto período de Letras, na disciplina de Linguística Aplicada, no semestre 2021.2. A atividade proposta versa sobre algumas discussões já feitas em sala de aula, como por exemplo os usos de marcadores linguísticos de “gênero neutro” na Língua Portuguesa, o uso do masculino genérico em textos jornalísticos, as noções de fato social, além da perspectiva de língua proposta por Ferdinand de Saussure.

Aqui, abordamos apenas a primeira atividade, para a qual tivemos acesso a uma postagem no *Facebook* feita pela professora de português Katia Ferreira, no dia 07 de agosto de 2021. Nesta publicação, essa professora se posiciona contrária ao uso de uma linguagem neutra e se utiliza de alguns argumentos (que serão apresentados ao longo do texto) para sustentar sua posição. Nesse sentido, foi nos solicitado pelo professor que, a partir da epistemologia da língua em Saussure (1916), no Curso de Linguística Geral (CLG), justificássemos se concordamos ou discordamos das ideias propostas pela professora, através de argumentos linguísticos “técnicos”.

Para tanto, utilizamo-nos de alguns estudos, tais como os de Batista (2011), Lagares (2021), Santos Filho (2017), Santos Filho (2021), Zebini (2022), Viscardi (2019) e do próprio Saussure (1975), na tentativa de propor novas maneiras de se pensar a língua e seu uso. A vista disso, assumimos um posicionamento contrário ao da professora e contrário às suas noções de língua.

Reflexões sobre gênero neutro – problematizando Kátia Ferreira

As discussões acerca das questões de gênero neutro na Língua Portuguesa têm gerado um amplo debate nas mídias sociais nos últimos tempos. De um lado, há quem defenda e apoie a utilização do gênero neutro como forma de tornar a língua mais inclusiva. De outro, há aquelas pessoas para quem mudar o marcador de gênero das palavras “não torna o mundo mais acolhedor”, chegando a afirmar que essas mudanças irão “acabar” com a língua, baseando-se, supomos, na perspectiva de “norma padrão”.

Quanto ao segundo grupo de pessoas, tal como Lagares (2021, p.3), argumentam que “[...] o padrão, embora tenha uma tradição antiga, que vai se renovando muito devagar ao longo do tempo, nunca chega a atravessar séculos, como sabe qualquer pessoa que tenha lido textos em português de épocas recuadas na história [...]. Assim, propomo-nos a refletir sobre as noções de gênero gramatical na Língua Portuguesa, além de pensar mais além sobre a própria língua e as ideologias que a permeiam.

Sendo assim, ao lermos o comentário da professora Katia Ferreira, em um *post* do *Facebook*, no qual são trazidos argumentos contra a utilização de grafemas “-x” e “-@” e o fonema “-e” como marcadores de morfemas de gênero e, em seguida, tendo os seus argumentos descritos como “irretocáveis” por uma leitora, somos levados à reflexão sobre qual a noção que temos sobre língua e como ela impacta na maneira como vemos o mundo e as palavras.

A professora começa por se defender das acusações que foram feitas contra ela, de ser desrespeitosa durante a explicação de um conceito da Língua Portuguesa. Segundo ela, entendemos que, pautada nos estudos tradicionais da língua, não faz diferença mudar “vogal temática” de substantivos e adjetivos para ser “neutre” (comentário que retomaremos posteriormente). Além disso, para ela, gênero gramatical, na maioria das vezes, é definido pelo artigo que antecede a palavra e que palavras terminadas em “-e”, por exemplo, não podem ser consideradas neutras. Logo, a utilização de “-e”, “-x” e “-@” “não iria diminuir o preconceito contra grupos que lutam por uma linguagem mais inclusiva”, discorre a professora já mencionada.

No entanto, ao olharmos para a língua, a partir da epistemologia proposta por Saussure (1916), no Curso de Linguística Geral, estudada durante as aulas de Linguística Aplicada, percebemos que o posicionamento tomado pela professora não é e, para nós, não pode ser tido como “irretocável”, pois devemos levar em conta as constantes mudanças da nossa língua. Nesse sentido, de acordo com Santos Filho (2017), Saussure

(...) esquematizou conceitualmente um programa para os estudos linguísticos, afastando-se, dessa maneira, dos estudos anteriormente desenvolvidos, de modo que os estudos da língua tivessem autonomia, de modo que não fossem uma disciplina normativa, nem que ficassem na comparação de textos, tampouco que pensassem a língua como um organismo vivo que se desenvolve por si. (Santos Filho, 2017, p.7).

64

Então, Saussure afasta-se dos estudos normativos-prescritivos, das noções da gramática comparativa e da filologia e lança uma nova base epistemológica do estudo da língua, pois, passou a criar um “objeto língua” (Bagno, 2019), enquanto um sistema de signos, no sentido de que são os “sinais depositados em cada cérebro” (Saussure, [1916] 2004, p. 27) responsáveis por se conectar e formar cadeias, onde um significado (conceito) é unido a um significante (imagem acústica).

Além disso, para o mestre genebrino, a língua é um fato social, pois quando somos inserido(a)s na sociedade arranjos linguísticos já estão circulando. Essa noção de fato social trazida por Saussure vai ao encontro da Sociologia, em que o sociólogo David Émile Durkheim traz a concepção de fato social como sendo algo exterior, coletivo e coercitivo, existindo independentemente do indivíduo e estando expressos em regras, valores e normas sociais, o que obriga os indivíduos a agirem de acordo com os padrões culturais.

Um estudo apresentado por Zebini (2022) contextualiza bem os fatos sociais na contemporaneidade, na revista Crescer, em artigo intitulado “Olha quem não está falando”, em que afirma que o desenvolvimento da linguagem das crianças é analisado levando em consideração o contexto da pandemia. No texto, Zebini (2022) apresenta o depoimento de algumas mães sobre as dificuldades que suas filhas e seus filhos apresentavam diante da aquisição da linguagem e do ato de fala em si, na pandemia.

Logo no início, Simone Rodrigues Ferreira conta a experiência que teve com seu filho Pietro, de 1 ano e 11 meses, durante uma consulta pediátrica no ano de 2020. Ela conta que o diagnóstico era de que o menino tinha a linguagem

correspondente à de um bebê de 10 meses. No entanto, com a ida à escola, durante a flexibilização das medidas de isolamento social, o menino apresentou constantes melhoras em sua fala, em decorrência do contato direto com a sociedade. Nesse sentido, Zebini (2022, p. 54) argumenta que, “para o desenvolvimento da linguagem oral é fundamental ter a compreensão dos sons da linguagem verbal, que ativam as conexões cerebrais para a linguagem, formando memórias da estrutura da língua.”

Sendo assim, ao ouvirmos o outro e ao nos comunicarmos, vamos armazenando os signos linguísticos em nosso sistema e, posteriormente, os combinando e substituindo, de modo a formarmos os sentidos, que fazem parte da coletividade. Ou seja, nesse esquema, toda a comunidade compartilha dessas mesmas informações psíquicas, e é aí onde se encaixa a definição de fato social.

Destarte, além de compreender a língua como fato social, Saussure trata também do valor dos signos linguísticos. Para ele, existe um eixo sintagmático (eixo das escolhas) e um eixo paradigmático (eixo das combinações), responsáveis por estabelecer “As relações e as diferenças entre termos linguísticos” (Saussure, 2004, p. 142). Dessa forma, o signo não tem valor por si só, pois é relativo, constituído pelas diferenças, pela negatividade. Por exemplo, o fonema “-a” nas palavras “menin-a” e “bol-a” não ocupa, nas diferentes palavras, o mesmo lugar, pois o “-a” em “menin-a” é morfema e marca gênero e o “-a” em “bol-a” é uma vogal temática, morfema que serve para complementar a base lexical da palavra. Além disso, o “-a” em “menin-a” terá valor porque se opõe ao signo “-o” em “menin-o”. Portanto, o signo “-a” não carrega (em si) valor absoluto. Sendo assim, o signo “-a” (e qualquer outro signo) só terá valor na posição em que ocupa no paradigma, e em oposição a outros signos.

Sendo assim, durante o comentário da professora Katia Ferreira, quando ela se utiliza da palavra “neutre”, tem-se como base “neutr-” e o fonema “-e” age em oposição aos fonemas “-a” e “-o”, que são morfemas e marcariam gênero em “neutro” e “neutra”. Ou seja, nesse caso, diferentemente do que é argumentado pela professora, gênero não é só definido pelo artigo que acompanha a palavra, pois essa é apenas uma das possibilidades em língua portuguesa. Além desse caso citado, a professora se utiliza dos seguintes exemplos para justificar seus argumentos de que gênero é definido pelo artigo que acompanha a palavra:

- a) O motorista. Termina em A e não é feminino.
- b) O poeta. Termina em A e não é feminino

No entanto, os exemplos utilizados pela professora, apesar de ajudar a reforçar seus argumentos, não condizem com as noções morfológicas de vogais de gênero. Então, propomos-nos, a partir da noção de descrição em Saussure, a segmentar essas palavras, pois a segmentação permite a decomposição de unidades complexas até o grau máximo de observação dos elementos mínimos que formam unidades maiores, conforme aprendemos com Batista (2011, p.23), em aulas de Morfologia, em semestre anterior, para que então possamos explicar as escolhas feitas por Kátia Ferreira.

A proposta que fazemos a seguir, apesar de não fazer parte do uso corrente da nossa língua, é uma tentativa de criar um objeto que nos permita pensar a língua por entre seus diversos caminhos. Vejamos: em “O motorista”, temos o

artigo “O”, que ocupa o lugar de marcador de gênero. Mas esse “O” só ocupa o lugar de gênero masculino por não ser “A”, como em “A motorista”. Portanto, em uma relação paradigmática destes artigos não há nada que impeça o “O” e o “A” de serem substituídos por “X”, “@” e “E”:

Relação sintagmática→

O-	Motor-ista
A-	Motor-ista
X-	Motor-ista
@-	Motor-ista
E-	Motor-ista

↓Relação paradigmática

Nesse sentido, os artigos propostos funcionam como artigos neutros no quadro, em substituição a “-o” e a “-a”, de modo a incluir todos os gêneros e trabalhar com uma linguagem não-sexista. Além disso, a professora mostra que em “O motorista” a palavra “motorista-a” termina em “-a” é e não é feminino, como se o fonema “-a”, de “-ista” devesse ocupar lugar de gênero. Mas, na verdade, o “-ista” é um morfema e está ocupando o lugar de sufixo (elemento que se agrega após o radical para lhe modificar o significado) e o fonema “-a” ocupa o lugar de vogal temática, um morfema. Desse modo, tem-se uma falsa noção de que gênero é ou não marcado pela vogal temática, quando, na verdade, ao definirmos/marcarmos gênero em língua portuguesa, há formas diferentes que o marcam, a exemplo do que podemos ver na palavra “tod-a-s”:

Relação sintagmática →

TOD-	-A	-S
TOD-	-O	-S
TOD-	-E	-S

TOD-	-X	-S
TOD-	-@	-S

↓ Relação paradigmática

No caso da palavra “tod-a-s”, a forma que indica o feminino “-a” só tem valor porque não é “-o”, nem “-e”, nem “-x”, tampouco “-@”. Nesse sentido, essa discussão acerca do marcador de gênero, problematizada recentemente, ocorre na tentativa de “transformar algo que não era mais suficiente para uma dada comunidade: o uso do masculino genérico para se referir a um grupo de indivíduos - homens e mulheres (cis e trans).”, nas palavras de Viscardi (2019). Por conseguinte, “-e”, “-x” e “-@” não marcariam nem masculino nem feminino, ocupando o lugar de gênero neutro.

O mesmo caso, em nossa percepção, poderia ocorrer em “O poet-a”, palavra (“poet-a”) que, segundo a professora, termina com “-a” e mesmo assim não marca o feminino. Se formos comutar (substituir) o artigo “O”, teremos os seguintes resultados:

Relação sintagmática →

O-	Poet-a
A-	Poet-a
X-	Poet-a
@-	Poet-a
E-	Poet-a

↓Relação paradigmática

Nesse sentido, como afirmado pela própria professora Katia Ferreira, o gênero nesses casos é marcado através dos artigos e não da vogal final, que é uma vogal temática (e não marcador de gênero), o que também abre possibilidades para a inclusão de outros gêneros/ gênero neutro. Santos Filho (2021) argumenta que Para Lau (2019b) e Melo (2021), a marcação de gênero é uma categoria nominal (gramatical) no sistema linguístico em Língua Portuguesa, que é binária,

isto é, que marca as palavras como masculinas ou femininas, inclusive as palavras referentes a seres inanimados. Concomitante a isso, percebemos que os exemplos trazidos pela professora, da forma em que são trazidos, constituem a categoria nominal de gênero como binária, por configurar as palavras em dois polos: “masculino” e “feminino”.

Além disso, a professora traz a seguinte colocação: “Boa parte dos adjetivos da língua portuguesa podem ser tanto masculinos como femininos, independentemente da letra final: feliz, triste, alerta, inteligente, emocionante, livre, doente, especial, agradável etc.”. À vista disso, podemos perceber que o fato de todas as palavras serem citadas de forma isolada, sem um contexto específico, denota uma característica comum das gramáticas normativas, nas quais o contexto em que as palavras estão inseridas não importam, para a finalidade em que são analisadas.

Desse modo, podemos compreender que a própria gramática normativa, defendida pela professora, admite uma divisão dos adjetivos em a) uniformes: “Os que tem a mesma forma em ambos os gêneros” (Cegalla, 2008, p. 163) e b) biformes: “Os que possuem duas formas, uma para o masculino e outra para o feminino” (Cegalla, 2008, p. 163). Mesmo assim, retornemos à noção de que os signos não são unidades já prontas, estabelecidas, sem o concurso das operações do sistema (Lier-Devitto, 2016, *apud* Santos Filho, 2017) e vejamos o exemplo da palavra “triste”, em situações frasais:

- A) Ele está triste
- B) Ela está triste

68

Nos exemplos citados, percebemos que apenas os pronomes pessoais sofrem flexão de gênero, e que os adjetivos apenas exercem a sua função de expressar a característica do ser ao qual se refere. Logo, o “-e” em “trist-e” marca o lugar de vogal temática, completando o sentido do radical “trist-”, que poderia ser substituído por “-o”, por exemplo, em “trist-” “-o” “-nho”.

À vista disso, o que a professora Katia Ferreira precisa compreender é que, apesar de a nossa “cultura letrada” ser pautada essencialmente pela denominada “norma padrão”, de viés gramatical normativo, que é prescritivo, ou pela denominada “norma culta”, de caráter linguístico-descritivo (Santos Filho, 2021, p. 1258), é de fundamental importância que nós, como falantes da língua portuguesa, estejamos atentos e atentas a suas constantes mudanças, para que não acabemos negligenciando o fato de que “elementos já conhecidos da língua não são mais suficientes para descrever e representar a sociedade” (Viscardi, 2019) e de que podemos e devemos intervir sobre ela como sujeitos críticos, pautado(a)s tanto nos estudos linguísticos atuais, como nas subjetividades de cada indivíduo.

Assim, utilizar-se de um gênero neutro não vai “destruir” a língua portuguesa. De modo contrário, abrirá portas para novas maneiras de pensar a língua e seus funcionamentos, além de contribuir para uma linguagem cada vez mais não-sexista, respeitando as mulheres, a comunidade LGBTQIA+ e a todos os indivíduos.

Referências:

OLIVEIRA, Ronaldo Batista de. **A palavra e a sentença**: estudo introdutório. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CEGALLA, Paschoal D. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

LAGARES, Xoán Carlos. Qual é o problema delxs?. Santa Catarina: **Apeesc**, 29 de junho de 2021.

LIER-DEVITTO, Maria Francisca. O objeto da linguística: um convite à releitura. In. **Cult**, ano 19, nº 216, p. 54-57, set./2016.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica (implicações políticas e possibilidades). **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 3, p. 1256-1275, 23 dez. 2021. Disponível em: [Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica \(implicações políticas e possibilidades\) | Revista da ABRALIN](#). Acesso em: 06 junho 2022.

SANTOS FILHO. Ismar Inácio dos. **100 anos do curso linguística geral**: construção da linguística, “diálogos com Saussure”. Delmiro Gouveia, 2017. (apostilha).

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

VISCARDI, Jana. O ‘x’ da questão: gênero neutro. **Linkedin**, 2019. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/o-x-da-quest%C3%A3o-linguagem-neutra-jana-viscardi>. Acesso em: 06 junho 2022.

ZEBINI, Daniele. **Olha quem não está falando**: Crescer. 2022.

Delmiro Gouveia (AL), 25 de maio de 2022.



e-ISSN 2675-2816

SOTAQUE GAY EXISTE? COMO ABORDAR ESSA QUESTÃO EM UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO EM UM LIVRO DIDÁTICO

DOES GAY ACCENT EXIST? HOW TO ADDRESS THIS ISSUE IN AN
INTERVENTION PROPOSAL IN A TEXTBOOK

Maria Alice Ribeiro Sousa
maria.ribeiro@delmiro.ufal.br

Josiane Alves dos Santos
josiane0almeida@outlook.com

Raisa Roberta dos Santos
raisa.santos@delmiro.ufal.br

Elivelton Soares Maciel
elivelton.maciел@delmiro.ufal.br

José Diógenes Alves Pereira
jose.diogenes@delmiro.ufal.br

Kevin Dayson de Oliveira Silva
kevin.ufal7@gmail.com

Graduandas e graduandos do curso de Letras-Língua Portuguesa, UFAL-Campos do Sertão,
Delmiro Gouveia (AL).

Resumo:

Este trabalho deriva das discussões e atividades realizadas na disciplina Linguística Aplicada, ministrada pelo professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho durante o sexto período do curso de Letras-Língua Portuguesa, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus do Sertão. Durante as aulas, questões a respeito das abordagens epistemológicas dos estudos da linguagem foram discutidas, partindo de uma noção estruturalista, na perspectiva saussuriana, até chegar a uma proposta crítica de estudo da língua(gem), que problematiza aspectos sociais, com estudos da Linguística Aplicada Indisciplinar. Aqui, foi assumida a perspectiva da Linguística Aplicada Indisciplinar, não deixando de lado aspectos de outras abordagens linguísticas, para que sejam feitas comparações, uma vez que fizemos uma análise de um recorte do livro didático de Língua Portuguesa, do 1º ano, do Ensino Médio, editado por Rogério de Araújo Ramos, em 2013. A unidade escolhida versa sobre o conteúdo de “fonema e letra”, além de discutir noções de língua e linguagem. Nesse sentido, neste trabalho discutimos uma intervenção quanto ao uso desse conteúdo trazendo uma problemática de uso real da língua através do tema “sotaque gay”.

Palavras chaves: Linguagem. Livro didático. Fonema e letra. Sotaque gay. Linguística Aplicada Indisciplinar.

Abstract:

This work derives from discussions and activities carried out in the Applied Linguistics discipline, taught by Professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho during the sixth period of the Portuguese Language course at the Federal University of Alagoas (UFAL), Sertão Campus. During the classes, questions regarding the epistemological approaches to language studies were discussed, starting from a structuralist notion, from the Saussurean perspective, until arriving at a critical proposal for the study of language, which problematizes social aspects, with studies of Indisciplinary Applied Linguistics. Here, the perspective of Interdisciplinary Applied Linguistics was adopted, without leaving aside aspects of other linguistic approaches, so that comparisons can be made, since we analyzed an excerpt from the Portuguese Language textbook, for the 1st year of High School, edited by Rogério de Araújo Ramos, in 2013. The chosen unit deals with the content of “letters and phonemes”, in addition to discussing notions of language and language. In this sense, in this work we discuss an intervention regarding the use of this content, bringing up a problem of real language use through the theme “gay accent”.

Keywords: Language. Textbook. Letters and phonemes. Gay accent. Interdisciplinary Applied Linguistics.

p. 70-82

Maria A. R. Sousa; Josiane A. Santos; Raísa R. Santos; Elivelton S. Maciel; José D. A. Pereira; Kevin D. O. Silva

Introdução

Em 2022, foi ofertado no sexto período do curso de Letras-Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Alagoas, a disciplina Linguística Aplicada, ministrada pelo professor Dr. Ismar Inácio Santos Filho. Entretanto, antes de adentrarmos nas discussões da área da Linguística Aplicada, para uma melhor compreensão e entendimento dessa abordagem linguística foi necessário trabalhar, a priori, a concepção de língua(gem) em Saussure, que observava a língua enquanto um sistema fechado de signos, pertencente a uma cadeia linear de dois eixos: paradigmático e sintagmático, que mesmo permitindo formações e derivações de palavras/frases, “opta” por deixar de lado o sujeito e suas práticas de uso da língua. Desse modo, nesta concepção, que é modernista, fundada em crenças positivistas e estruturalistas, com base em uma visão (a)política e (a)histórica, cria-se uma abordagem separatista entre sujeitos e objetos, entre ciência e mundo.

Nesta noção, o que se espera é a neutralidade científica, que só seria atingida quando o/a pesquisador/a distância suas ideologias do objeto estudado. Como consequência da tentativa de separação entre sujeito e mundo, pesquisador/a e objeto, temos a construção de sujeitos e objetos idealizados.

Tal concepção de se fazer ciência é entendida hoje como “utópica”, pois não há fazer científico neutro. A própria premissa de neutralidade não é neutra. É, portanto, ideológica. Neste sentido, segundo Santos Filho (2017), o Curso de Linguística Geral é um projeto discursivo de Saussure, pois, no texto, estão presentes as ideias que o suíço tinha sobre a língua(gem). Ou seja, assumir uma teoria sobre a língua implica também produzir um discurso sobre ela, produção de discurso que, inevitavelmente, depende das crenças prévias, da ideologia do teorizador, conforme discute Bagno (2019).

Após essas noções sobre o fazer científico, conhecemos a concepção de uma Linguística Crítica, que tem como caráter principal intervir no social, conforme Rajagopalan (2003), para quem trabalhar com a linguagem é agir politicamente. Logo, a ideia de que teorizar não é uma atividade ideológica não cabe mais para os estudos da linguagem, pois entendemos que o/a pesquisador/a não se afasta de suas ideologias. Pelo contrário, é apoiando-se nelas que faz valer seus estudos, interferindo nas problemáticas sociais.

Posterior a essa noção crítica, discutimos a perspectiva da Linguística Aplicada, que, aqui no Brasil, tem buscado por novas formas de fazer ciência, de estudar a linguagem, rompendo com paradigmas ideias modernistas, fazendo um trabalho que seja responsável e coerente com a contemporaneidade, levando em consideração os sujeitos e suas multiplicidades, as suas práticas discursivas e performativas, levando em consideração, também, o contexto, a história, a ideologia, o plurilinguajar etc., o que torna esta área de conhecimento um campo híbrido e indisciplinar.

Tendo feito todos esses estudos durante a disciplina e depois de realizarmos ao longo do período inúmeras atividades e debates de modo a compartilharmos os nossos entendimentos sobre cada uma das noções de linguagem e sobre os aspectos de cada teoria, foi proposto para finalização da disciplina uma análise de um recorte do livro didático de Ramos (2013), que trata sobre o conteúdo de “fonema e letra”. O comando solicitado foi o de fazermos uma leitura (enunciativo-discursiva) do recorte do livro, indicando uma intervenção na

proposta de aula de Língua Portuguesa nesse material didático citado, levando em consideração uma problemática linguística: o (suposto) sotaque gay. Para tanto, foi preciso dialogar com estudos sobre Linguística Aplicada (indisciplinar), a partir de Moita Lopes (2013a; 2013b), Rajagopalan (2003) e Viscardi (2020), dentre outros, de modo a pensarmos sobre a noção de linguagem e a perspectiva de estudo de língua, para a questão do sotaque.

Da Linguística Moderna à Linguística Aplicada Indisciplinar

Antes de nos aprofundarmos na teoria e nos conceitos principais da Linguística Aplicada, é preciso traçar um panorama do que veio antes desta proposta pós-moderna e transdisciplinar de estudar a língua(gem). Tudo se iniciou no século XX, com os estudos de Ferdinand de Saussure (1916), nos quais se refere à língua como um objeto de estudo científico. Este é grande marco, que podemos chamar de “corte epistemológico” nos estudos da língua, pois os escritos desse professor genebrino trouxeram um horizonte alternativo do que se entendia como língua na sua época, consolidando a noção de que a língua é um sistema psicossocial de signos linear de dois eixos, o sintagmático (o eixo da combinação, horizontal) e o paradigmático (o eixo das escolhas, vertical), que estão em constante ação. Para ele, esse sistema é formado de signos que não têm valor absoluto, pois possuem valor relativo e estão em oposição a outros signos.

Em texto sobre os 100 anos do “Curso de Linguística Geral”, de Saussure (1975), obra que deu início ao pensamento linguístico moderno, Santos Filho (2017) argumenta que há neste livro póstumo uma reconstrução do pensamento saussuriano com um caráter interpretativo, pois o que se sabe e se toma como ciência (consequentemente como verdade) são escritos de seus alunos, organizadores da obra. Hoje, podemos reconhecer nas reflexões saussurianas uma preocupação firme com a delimitação e com a natureza da língua(gem). Porém, os construtos teóricos do professor edificam sua reflexão da língua como um sistema de signos que se mantém numa natureza absolutamente fechada em si e para si. Diante desses debates, vimos que a Linguística Moderna saussuriana já não consegue dar conta dos tempos pós-modernos, fato que desperta a necessidade de trazer para a discussão mais um novo “corte epistemológico” para entender a língua(gem) contemporaneamente: a Linguística Aplicada Indisciplinar.

Nos tempos depois de Saussure, até a culminância de uma oposição radical nos anos 1990, a necessidade de novas epistemologias e a falta de respostas para novos questionamentos sobre a língua(gem) começaram a efervescer. Logo, perspectivas como a realidade social e o fato histórico passaram a ser consideradas como base para se entender a língua, agora. Desta forma, a Linguística Aplicada Indisciplinar surge como uma ciência pós-moderna que se preocupa em investigar e compreender a língua(gem) de diferentes grupos sociais na contemporaneidade e tem a linguística, a sociologia e outras disciplinas como bases para seu desenvolvimento, propondo um caráter trans e indisciplinar, que não se enquadra no viés da linguística tradicional, nem no de nenhum outro pensamento tradicional modernista.

Moita Lopes (2006) discute que a LA Indisciplinar deseja falar com o mundo em que vivemos, no qual muitas das questões que nos interessavam mudaram de natureza ou se complexificaram ou deixaram de existir, como, por exemplo, a

p. 70-82

Maria A. R. Sousa; Josiane A. Santos; Raísa R. Santos; Elivelton S. Maciel; José D. A. Pereira; Kevin D. O. Silva

“Pandemia de COVID-19”, contexto analisado por Santos Filho e Santos (2020) para pensar a língua em conjunto com as práticas sociais, quando afirma que o vírus trouxe mudanças sociolinguísticas-estruturais para pesquisadores, especialistas e para a sociedade em geral. Ainda, ao passo que a linguística modernista se manteve dentro de suas fronteiras, a Linguística Aplicada impulsionou os estudos de língua(gem), considerando o meio social e as vozes que sempre foram ideologicamente inferiorizadas por aqueles sujeitos que se negam às diferenças.

Considerar as práticas sociais e as vozes inferiorizadas para pensar a língua requer trazer ao pensamento o que a LA Indisciplinar entende por língua. No capítulo 3 do livro “Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico”, intitulado “Como e porque teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos de globalização cultural”, o professor Luiz Paulo da Moita Lopes (2013b) conversa com os filósofos Deleuze e Guattari para metaforizar a língua como um rizoma. Esta metáfora, segundo o autor, se dá para fazer entender que nesses estudos as pessoas e as suas subjetividades são consideradas nas práticas sociais situadas na construção de significação em que atuam. Ou seja, passa-se a considerar que a língua passa a ter significação no mundo e ao mesmo tempo o constrói. Aqui, a língua é pensada como comunicação, através da repetição e da mudança e possui um caráter multissemiótico, e as pessoas vão aprendendo dependendo de suas necessidades para agir no mundo efetivamente. Como tais ideias nos ajudam a pensar o livro didático de Língua Portuguesa e a fazer uma intervenção em uma proposta didática sobre “fonema e letra”?

74

Da noção de língua ao livro didático

Nessa discussão, ao fazermos a leitura do livro didático “Ser protagonista: Língua portuguesa 1”, de Ramos (2013), vemos, na Apresentação, que o autor tenta aproximar-se de uma perspectiva de linguagem que dialoga com uma linguística crítica, ao propor que, nas três partes do livro (literatura, linguagem e produção de texto), abordará um estudo de língua portuguesa que estará relacionado à vida social, com o objetivo de ajudar os alunos e as alunas a tornarem-se sujeitos críticos e atentos no mundo atual em que vivemos, para que assim possam(os) exercer uma participação social construtiva.

Ainda na *Apresentação*, é tratado sobre o que irá ser abordado em cada uma das áreas do livro, a começar pela literatura, seguido pela linguagem e finalizando com a produção textual. Nessa proposta, chama-nos atenção a área de linguagens, pois é na descrição desta área que vemos a tentativa de aproximação de uma linguística crítica e ao mesmo tempo o retorno para uma perspectiva estruturalista, quando o autor começa a dizer que na área da linguagem o(a) leitor(a) irá refletir sobre a língua em suas múltiplas dimensões, social, cultural, política, ideológica e expressiva, e que, concomitante a isso, estudará de forma crítica os principais aspectos gramaticais. Em seguida, diz que na abordagem do livro irá romper com a noção de certo e errado na língua, pois essas noções só discriminam grupos de falantes, ou, como Moita Lopes (2013b) diz, a perspectiva modernista de linguagem é responsável pelos conflitos da humanidade. Porém, logo em seguida, Ramos (2013) comenta que é de suma importância conhecer a norma culta, para que se dê o exercício pleno da cidadania e para o enriquecimento cultural.

Tal afirmação contradiz com o que o autor até então estava defendendo, deixando implícito que só através do conhecimento da norma culta é que se faz exercer a cidadania plena e que só é rico culturalmente aqueles sujeitos que se apropriam dela. Ou seja, assim, a diversidade de uso da língua parece ser considerada inferior.

Diante disso, o que vemos depois, no conteúdo do livro didático, é a perspectiva modernista descritiva, mais do mesmo. Os conteúdos são apresentados de forma conteudista, sem levar em consideração os contextos de usos reais dos falantes, sem fazer problemáticas que venham a interferir na vida dos alunos e das alunas. Assim, o “Ser protagonista” fica restrito apenas ao nome do livro, pois o livro em si não incita no capítulo analisado o protagonismo dos/das estudantes.

No capítulo 22, por exemplo, intitulado de “A língua no microscópio”, no tópico “fonema e letra”, é apresentado um texto que trata sobre a mudança da palavra “biblioteca” para a palavra “bibliotroca”, em referência a práticas de mães de alunos/alunas que trocam livros usados de seus filhos, de suas filhas, por livros didáticos de outros/outras colegas mais velho(a)s, para economizar na compra desse material escolar. Vejamos um recorte.

Figura 01: Recorte de Ramos (2013) sobre “Fonema e letra”.

Fonema e letra

• Leia, a seguir, uma nota publicada no suplemento de uma revista semanal. Em seguida, responda às questões.

“Bibliotrocas” barateiam livros

Pelos cálculos da designer Mary da Rocha Azevedo, mãe de Isabel [...] e de dois adolescentes, o gasto com material escolar em 2009 ultrapassaria 2 500 reais. Ela conseguiu, contudo, reduzir a facada em 1 150, trocando livros didáticos usados de seus filhos por outros de colegas mais velhos. “O Colégio Pio XII emprestou uma sala, onde as mães organizaram a “bibliotroca”, conta. Neste início de ano, mais de 180 famílias aderiram. Escolas como Santo Américo, Santa Maria, Humboldt e Franciscano Nossa Senhora Aparecida fazem ações semelhantes.

ANDRÉIA, CARREIA, GUARANI, HELENE, BERTINI JR., JÔNIO. Veja São Paulo, São Paulo, Abril, p. 10, 4 fev. 2009.



1. “Bibliotroca” é uma palavra, criada pelos autores da nota, que não existe no dicionário. Qual é o sentido dessa palavra no texto?

2. O uso das aspas na palavra “bibliotroca”, no título do texto, poderia ser justificado de duas maneiras. Quais são elas?

3. Embora nos textos jornalísticos predomine a objetividade no tratamento dos fatos, no texto acima há uma palavra que expressa a opinião dos autores sobre os gastos da entrevistada com o material escolar dos filhos. Que palavra é essa? Qual é o significado dela?

Fonte: Ramos (2013).

Após o texto, há uma atividade com três perguntas, todas remetendo a elementos do próprio texto, não fazendo contextualizações ou problematizações com fatores extralinguísticos. Em seguida, é apresentado o conceito de “fonema e letra”, depois os conceitos de “vogal”, “consoante”, “semivogal”, “encontros vocálicos”, “dígrafos” e “separação silábica”. Todos esses conteúdos são apresentados de forma clara e didática, porém, isso já é facilmente encontrado em muitos outros livros didáticos. Falta, então, uma perspectiva de linguagem baseada na proposta da linguística crítica, com problematizações dos usos reais da linguagem. Falta trazer exemplos que façam com que os/as estudantes do ensino médio questionem, se incomodem, reflitam e ajam criticamente sobre o mundo.

O que se tem, no entanto, é um livro didático que nos anuncia, a priori, uma proposta de ensino de língua que leve em consideração os sujeitos, mas que, na

p. 70-82

Maria A. R. Sousa; Josiane A. Santos; Raísa R. Santos; Elivelton S. Maciel; José D. A. Pereira; Kevin D. O. Silva

verdade, o que apresenta é uma proposta de linguagem que ainda está presa na redoma da perspectiva modernista: a língua em si é por si, sem levar em consideração os sujeitos, suas práticas de usos, ideologias e histórias. Que postura, então, assumir, quando conhecemos outras possibilidades de estudos da língua(gem), como a de uma Linguística Crítica e uma Linguística Aplicada Indisciplinar?

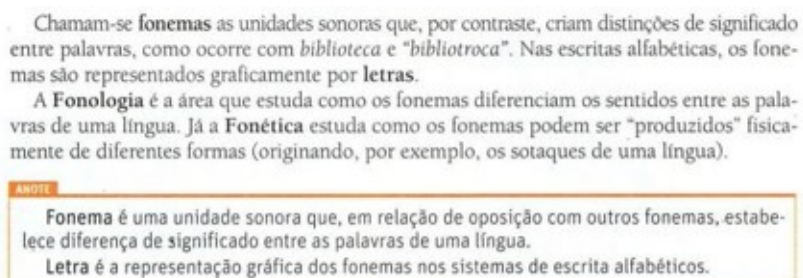
Trazendo à luz novas leituras [uma proposta de intervenção sobre “sotaque gay”]

Ao analisar um livro didático, tal como a proposta em Ramos (2013), o professor ou a professora deve estar atento/atenta ao conteúdo proposto pela editora e à maneira como aquela proposta didática pode ajudar nos momentos de aula. De acordo com Esteves (2015), deve-se ter em mente que não existe livro didático perfeito, pois, normalmente, são escritos para um público “genérico” e que por isso cabe à/ao professor/a analisar a linguagem usada no material, bem como ir em busca de características trans e indisciplinadas nos conteúdos. Nesse sentido, em qualquer proposta de livro didático haverá lacunas, mas quem decide a maneira com a qual essas lacunas serão preenchidas é o/a docente, isso porque “entre o livro e a turma sempre está um professor que organiza o uso do recurso” (Soares, 2015, p.19).

Nessa perspectiva, em uma análise aprofundada da unidade 11, “Linguagem e materialidade”, e do capítulo 22, “A língua no microscópio”, presentes no livro “Ser protagonista: Língua Portuguesa 1”, de Ramos (2013), é possível perceber que existe uma tentativa rudimentar de explicar o conteúdo “Fonema e letra”, partindo do ponto de vista da descrição, sem apoiar a discussão e até mesmo os exercícios em um contexto social ou até mesmo em uma situação real de uso da língua, tão importante para um livro que propõe, no título e na Apresentação, que o/a aluno/a exerça uma “participação social construtiva”.

É pensando nessas lacunas e na possibilidade de inserir usos reais da língua e problemáticas reais do ato de fala que surge a necessidade de uma proposta de intervenção à maneira como o conteúdo é tratado. Desse modo, no capítulo “A língua no microscópio”, o editor Ramos (2013, p.268) apresenta uma definição de “fonema e letra” nos seguintes termos: *Letra* é a representação gráfica dos fonemas nos sistemas de escrita alfabéticos e, *Fonema* é uma unidade sonora que, em relação de oposição com outros fonemas, estabelece diferença de significado entre as palavras de uma língua. Vejamos:

Figura 02: Recorte sobre a conceituação de “fonemas e letras” em Ramos (2013).



Fonte: Ramos (2013).

Nesse conteúdo didático, no entanto, apesar de uma definição dos termos a serem estudados, não há uma representação do conteúdo em funcionamento, há apenas descrição de elementos linguísticos. À vista disso, trazendo à luz novas leituras do conteúdo de “Fonemas e letras”, pensamos uma possibilidade de aula na qual incluímos como conteúdo uma discussão sobre “sotaque gay”, ao passo que se torna interessante também inferir sobre a concepção de “voz de gay”. Nessa aula, passamos a ter perguntas como: “Qual tipo de sotaque vocês conhecem” e “Gay tem sotaque?”. Seriam direcionadas à turma (do primeiro ano do ensino médio), na tentativa de levantar uma discussão acerca da definição de sotaque e de um possível sotaque gay em diálogos com o conteúdo de “Fonema e letra”.

Chegamos a um acordo sobre essa intervenção possível, na qual partiríamos do princípio de que o/a professor/a não deve apenas se basear no livro didático. Então, traríamos outras fontes e também procuraríamos interagir com a turma, porque o/a docente precisa conhecer a turma e a situação desses alunos e dessas alunas. Portanto, no início, tal como já aventamos, perguntaríamos o que entendem por “sotaques” e se acham que existe um sotaque que seja gay. A partir dessa introdução didática, utilizaríamos o vídeo promocional da Margarina Primor, que circulou neste segundo semestre de 2022, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tbnVh9nvvhk>, do qual vemos três cenas abaixo, na primeira, a ideia central do que é esse filme comercial, que é a apresentação de histórias em família em que as receitas são feitas com a margarina Primor, a segunda, que destaca a narrativa de Aleksander e sua vó, e a terceira em que há uma fala desse jovem e expressões de carinho com a vó:

Figura 03: Cenas do vídeo promocional da Margarina Primor.



Fonte: Primor (2022).

No vídeo da Primor, Aleksander usa camisa cor de rosa e, na última cena, afirma, em tom emocionado:

p. 70-82

Maria A. R. Sousa; Josiane A. Santos; Raísa R. Santos; Elivelton S. Maciel; José D. A. Pereira; Kevin D. O. Silva

quando usei primor na receita de cuscuz recheado da minha vó (+) ela me disse (+) ‘tão fofinho quanto o meu (+) **cho::rei** ((alongando a vogal “o”, na primeira sílaba do verbo que expressa a ação mencionada, de chorar))

Nesse caso, possivelmente por questões político-ideológicas, muitos desses sujeitos estudantes poderiam dizer que o sotaque gay seria encontrado na personagem Aleksander, porque nessa propaganda há várias pistas de sentidos, deixadas sobre o que é ser gay. Mencionamos esses aspectos, porque, tal como discutem Santos Filho e Santos (2020), os discursos funcionam como projetos performativos, que criam sentidos sobre o outro, interpelando os interlocutores e as interlocutoras a assumirem certos sentidos, a partir de sentidos e de “ecos de sentido” já existentes. Então, se recuperarmos o nosso imaginário cultural, há a percepção do que é ser homem hétero e do que é ser homem gay.

Nesse caso, Aleksander, por apresentar uma voz nasalizada, por utilizar a cor rosa, por estar com sua avó, por dizer que chorou, expressando um sentimento e alongando a vogal, pode ser considerado fora dos padrões do que se entende sobre o que é ser hétero, do que é ser homem, desse ideal viril, de masculinidade, de alguém que não chora, que não usa certa roupa. Então, partiríamos desse imaginário do que é ser homem recuperado no filme comercial, para posteriormente pensarmos sobre sotaque, sotaque gay. Trataríamos o filme comercial, a partir de Santos Filho e Santos (2020) e Viscardi (2020) como um ato performativo, que não é um ato em si linguístico, ou semiótico, pois o que há de fato através das práticas discursivas são projetos performativos, no sentido de que há nos enunciados propostas discursivas que visam interpelar, a praticarem determinadas ações, a partir das forças das citações sustentadas.

Se voltarmos à fala da Ministra Damares, que disse que mulher usa rosa e homem usa azul, Aleksander, nesse imaginário de uma pessoa conservadora, não é um homem (hétero), porque ele não está usando azul. O homem hétero, construído no imaginário nessa sociedade, também não cozinha, não ajuda na cozinha. O homem hétero não estaria cozinhando com a sua vó. O que esperar de respostas dos alunos e das alunas, nessa proposta de intervenção no livro didático? A partir dessas respostas, traríamos como segunda proposta o vídeo que aborda as falas de de Matthew e de Chris, e que problematiza sobre preconceitos que eles vivenciam na sua vida por essa questão de se dizer que existe uma “voz de gay”.

Nesse redirecionamento da proposta do livro didático, após o momento inicial de discussões, assistiríamos com a turma o curta-documentário (Op-Doc), intitulado de “Whos sounds gays?” (Quem fala (como) “gay”?), de David Thorpe. Este documentário explora a vida de dois homens: um com um jeito de falar estereotipadamente considerado homossexual (o Kris) e outro com jeito de falar estereotipadamente heterossexual (o Matt). Diferentemente do que se acredita entre a maior parte das pessoas com que eles convivem, Kris é heterossexual e Matt é homossexual. Esse documentário está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Lkm0rmigG0w>.

No vídeo, vemos que Matt é criado em um ambiente de homens heterossexuais e o que, socialmente, se espera dele é que também seja um homem heterossexual. Tem uma voz grossa, mas, diz “não, mas eu sou homossexual”. Com o Chris é ao contrário. Foi criado em um ambiente feminino e tem uma voz mais

nasalizada, uma voz mais fina, suave, que no imaginário social se considera que seria uma voz de um homem homossexual. Só que ele diz que é heterossexual. Então, com os propósitos iniciais, passaríamos a fazer pensar sobre fonemas e letras, na problematiza se existe sotaque próprio de gay (“sotaque gay”), entre aspas, levando à sala esses materiais midiáticos, para que possam ver na vida real como funciona essa noção de “voz de gay”, “sotaque de gay”, e para pensar se devem continuar propagando tal ideia ou se essa noção é algo que foi construído de maneira preconceituosa e estereotipada e que precisa ser derrubada.

Em resumo, no tocante ao conteúdo “fonemas e letras”, começaríamos com essas perguntas provocadoras, para despertar essa noção de se realmente há uma voz de gay, um sotaque gay, e depois faríamos essa intervenção com os vídeos, a partir da compreensão de que o livro didático de Ramos (2013) apresenta o conceito de fonemas, mas não leva em consideração as formas pelas quais esses fonemas são produzidos, a exemplo da questão das entonações, que tem a ver com essa questão desses supostos sotaques que são criados. Discutiríamos a palavra “voice”, porque um dos homens vai falar de um jeito e o outro vai falar de outro, para a turma ver/entender que nessa palavra, quando falada por Chris e por Mat, existe uma diferença entre os fonemas enunciados por cada um deles, mas tendo a mesma quantidade de fonemas e de grafemas.

A ideia é a de que pudessem perceber que, no entanto, a entonação da voz varia de pessoa para pessoa, independentemente do gênero ou da sexualidade dessa pessoa, porque pronunciamos de maneiras diferentes. Logo, as palavras que usamos dependem da maneira que “escolhemos” fazer uso delas. Desse modo, não seria uma questão da “voz de gay”, porque, no sentido como é pensada, essa voz não está relacionada, como algo intrínseco ao gênero ou à sexualidade em si.

A proposta é que essas atividades ajudariam os alunos e as alunas a romperem certos preconceitos, que são vinculados nos meios midiáticos, passando a entender que não tem um tipo certo de falar, que não devemos colocar as pessoas em certo nível, porque cada pessoa tem sua subjetividade e seu modo de falar, não havendo certo ou errado. Não há fala feia ou bonita. Conforme Viscardi (2020), é linguagem, e não podemos colocar essas pessoas e sua linguagem em uma caixa, em uma única possibilidade. Então, acreditamos que trabalhar essa problemática social levaria a turma a romper com esses estereótipos e preconceitos presentes. Em consequência, ajudaríamos também no social, na sociedade, porque no ensino da língua, na escola, na educação, haveria um espaço de mudança e transformação.

Faríamos perguntas como “Será mesmo que o ‘sotaque gay’ existe ou um sotaque é próprio de cada pessoa, apenas uma variedade, uma variedade própria, relacionada à subjetividade, a um modo de falar próprio daquele indivíduo?” Abordaríamos, logo de início, a questão da construção, da origem do falante, da origem desse falante e da sua identidade também, para mostrar, com a reflexão no vídeo “Voz de gay: uma construção”, em <https://www.youtube.com/watch?v=4fVYfT1nU6w>, em que Célio de Andrade (2017) explicita que a noção de “voz de gay” é uma construção social, tal como no Op.Doc, em que um homem que não era gay falava com uma voz considerada “de gay”.

Na dimensão teórico-conceitual, dentro dessa proposta, poderíamos introduzir a fonologia da língua portuguesa, e suas várias abordagens, para fazer pensar sobre a forma como escutamos determinados sons, a fonética acústica,

p. 70-82

Maria A. R. Sousa; Josiane A. Santos; Raísa R. Santos; Elivelton S. Maciel; José D. A. Pereira; Kevin D. O. Silva

auditiva e a articulatória, e nessa última os mecanismos de produção dos sons da fala, de modo a explicar e a classificar os sons da fala de uma maneira como os sons são produzidos pelo aparelho fonador. Discutiríamos o aparelho fonador daquele falante, por ter nascido em numa família composta por mulheres, podendo, então, ter o aparelho fonador acostumando com determinados tipos de sons. Essa abordagem ajudaria a explicar também as questões específicas desse som, de um som mais nasalizado, e entrariam também as questões dos sons orais, como é que são, por onde passam, incluindo também a dimensão da fisiológica da voz, de modo a fazer compreender que a voz não tem a ver com sexo, sexualidade. Explicaríamos as diferenças aí conectadas. Veríamos do mesmo modo a ideia de uma voz de gay está atrelada a uma questão social. A esse respeito, diríamos, com Viscardi (2020), que se trata de uma questão da variação, variações de pronúncia.

Seria uma proposta de acordo com a fala de Ramos (2013), quando diz dos desafios de transformar a informação em conhecimento, de modo que contribua para a formação do sujeito cidadão ético e autônomo. Então, nessa nossa proposta, nesse viés, veríamos, com Moita Lopes (2013), que os indivíduos taxados de terem sotaque gay podem estar postos à margem. Nesse sentido, é um caminho para pensar diferente o uso da língua em sociedade, já que, no senso comum, muitas pessoas julgam e dizem que os gays têm sotaque próprio, querendo identificar a sexualidade da pessoa pela fala, fazendo distinção entre duas categorias, homo e heterossexual. O curta-documentário, do New York Times, diz que nosso modelo de desenvolvimento de linguagem é o que nos influencia na nossa maneira de falar na vida adulta.

Desse doc., podemos problematizar a entrevista de Benjamin Munsell, um linguista da Universidade Mansolta, que argumenta que a criança aprende a falar dentro de uma influência de fala. Entretanto, de acordo com sua pesquisa, diz que mulheres e homens apresentam micro-variações em suas falas, podendo incluir essa discussão sobre sexualidade, e gênero, que, nas discussões sobre descrição dos fonemas são incluídas explicações relacionadas a essas micro-variações. Inclui, então, as explicações sobre os sons “sibilantes” – sons agudos semelhantes a assobios – que, geralmente, são relacionados a mulheres. Poderíamos trazer também a visão dos grafemas para descrever e representar esses processos. Nesse ponto da aula, de modo a trazermos informação mais completa sobre língua e sua variedade, discutiríamos que se acredita que os gays possuem vogais mais esticadas, como podemos notar na fala do Aleksander, no vídeo promocional da margarina Primor, no momento quando ele fala “cho::rei”, dando uma esticada no /o/. Porém, levamos a pensar que não existe um sotaque gay, tal como é pensado pelo senso comum.

Assim, a partir desta proposta didática, propomo-nos a pensar a língua como um recurso comunicativo, nos termos de Moita Lopes (2013b), do qual fazemos uso em nossas vivências e que se efetiva na interação de múltiplas mentalidades e múltiplos modos de ser.

Considerações

Diante do exposto, fica evidente que os livros didáticos por melhores que sejam nunca estarão completos. Isso tem a ver com questões econômicas, culturais e ideológicas, atreladas a uma perspectiva de linguagem modernista, ainda presente no ensino da língua portuguesa, que vê a língua de forma idealizada,

assim como no livro de Ramos, e em outros, no qual o que temos são abordagens conteudistas, que observam a língua em si por si, sem levar em consideração fatores extralinguísticos. Logo, por mais que haja uma tentativa de sair da redoma da modernidade, os vestígios estruturais estarão lá, porque há um sistema que reforça essa perspectiva de linguagem.

Como alternativa para confrontar esse esquema, o/a professor/a não deve ficar preso/a ao livro didático, fazendo-se importante que vá atrás de outras fontes, que busque trazer problemáticas sociais para as aulas de Língua Portuguesa. Aqui, propomos a temática do sotaque gay, que, como vimos, está para um projeto performativo, que, tal como no comercial da margarina, tem como objetivo interpelar os sujeitos a assumirem determinada posição/visão sobre o outro, neste caso sobre os homens gays. Esse projeto cria estereótipos, que são reforçados pela mídia e acabam tornando-se convenções sociais, que funcionam como mecanismo de reforço de preconceito, homofobia e machismo.

Diante disso, trazer essa problemática de uso da língua para a sala de aula torna-se extremamente necessário, uma vez que, como docentes, temos que problematizar noções de linguagem que estão presentes na escola, no social. Desse modo, trabalhar a temática pode ajudar a fazer com que os sujeitos aprendizes não fiquem limitados a uma noção de língua que não faz parte de sua realidade, ajudando, também, a romper com preconceitos e injustiças sociais, uma vez que acreditamos que a escola é o espaço em que a mudança é possível.

De modo geral, esse estudo se faz importante, para problematizarmos as tentativas construídas socialmente de etiquetar as coisas, as pessoas, como destacam Santos Filhos e Santos (2020). Nesse sentido, a partir dessas materialidades linguístico-discursivas, é possível problematizar o entendimento dessas etiquetas para determinados sujeitos. Uma das coisas que achamos que é importante é o fato de poder possibilitar que esses sujeitos, alunos e alunas do ensino médio, do primeiro ano do ensino médio, entendam como é que sai e por onde passa esse som para construir o ar, como é que ele vai passando para construir a nossa voz, quais são esses pontos e quais são os pontos de articulação que possibilitam que a gente tenha a pronúncia X ou Y.

Em específico, trazer essa questão de alguns aspectos que socialmente são atrelados à essa ideia de um possível sotaque gay nos fez ter uma criticidade ao livro didático. Logo, tendo todas e todos vindo de um estudo mais estrutural, sistemático, temos, agora, como futuro(a)s docentes, outras possibilidades. Por fim, é importante dizer que a proposta nos tirou da nossa zona de conforto e nos faz refletir sobre a linguagem, sobre o ensino dessa linguagem. Então, fazer o estudo dessas problemáticas nos ajuda a entender que há uma ideologia dominante no ensino da Língua Portuguesa. O estudo contribui bastante para a nossa formação.

Referências

ESTEVES, Patrícia. Análise do livro didático. Patrícia Elisa Clipolleti Esteves. 2015. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=zi-9qF6U-a4&t=41s> >. Acesso em 23 de junho de 2022.

BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. Parábola: São Paulo, 2019.

p. 70-82

Maria A. R. Sousa; Josiane A. Santos; Raísa R. Santos; Elivelton S. Maciel; José D. A. Pereira; Kevin D. O. Silva

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Da Aplicação de Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar**. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006, p. 11-24.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **O português no século XXI-cenário geopolítico e Sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013b.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Conversas questões de linguagem**. 2013a. Luiz Paulo da Moita Lopes. Youtube, 15 dez. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bWFAkLwTMM8&t=696s>. Acesso em: 23 junho 2022.

RAMOS, Rogério de Araújo. **Ser protagonista: língua portuguesa, 1º ano: ensino médio**. 2. ed. São Paulo: Edições Sm, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. 2003. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **100 anos do curso de linguística geral: Na construção da linguística, “diálogos” com Saussure**. 2017. (Apostilha).

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos; SANTOS, Hugo Pedro Silva dos. **As Palavras Na Berlinda: “Os Retirantes do Coronavírus” / “O Novo Êxodo Nordestino”**: [o linguístico, o histórico e o geográfico, no político]. **Edufal**, Maceió, jun. 2020, p. 96-117.

SOARES, Wellington. Em busca do equilíbrio... **Nova Escola**, p. 16-23, maio, 2015.

VISCARDI, Jana. Sotaque em inglês é um problema? Jana Viscardi. 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ljlqoqUuV7Y>. Acesso em: 23 junho 2022.

Delmiro Gouveia (AL), 26 de junho de 2022.

